

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia dezanove de fevereiro de dois mil e dezasseis.

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes efetuou a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente a Sra. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido convocado para estar presente a Sra. Dra. Sílvia Alexandra Loureiro Jerónimo.

Igualmente o Sr. Dr. André Duarte Pereira não esteve presente e também apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva.

O Sr. Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida também não esteve presente e igualmente solicitou justificação e substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo.

A Sra. Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas também não esteve presente e igualmente solicitou justificação e substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Luis Fernando Correia Conceição Santos.

O Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia também não esteve presente e igualmente solicitou justificação e substituição, tendo sido substituído pela Sra. Maria do Céu Mendes Castanheira.

O Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa não esteve presente e igualmente solicitou justificação e substituição,

tendo sido substituído pelo Secretário da Junta Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito.

Também se encontrava ausente o Sr. Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha que solicitou justificação e substituição. Depois de contactar os membros suplentes eleitos pelo Partido Social Democrata não foi possível efetuar a substituição.

Igualmente se encontrava ausente a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, que também solicitou a respetiva justificação.

O Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços não esteve presente.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Filipe Rodrigues de Brito, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Declaro aberta a sessão. Começo por saudar todos os presentes, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Jornalistas, publico presente. A todos muito boa tarde. Saudar de uma forma especial a Dra. Aldina, depois da sua recuperação rápida. Na última Sessão não a tivemos aqui mas hoje temos o prazer de já ter a Mesa completa, tal e qual foi eleita.

Passaríamos à votação para aprovação da ata da sessão anterior: Alguém tem alguma proposta a fazer ao teor da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de onze de dezembro de dois mil e quinze?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Apenas uma correção à minha última intervenção, creio que é o Ponto VI referente ao Orçamento: Eu dizia que o Orçamento foi feito com rigor e também com alguma justiça porque havia uma obra orçamentada nesse Orçamento. Na ata está referido alguma injustiça o que é completamente

diferente daquilo que eu disse. Era apenas esta correção que eu queria que fosse feita. Em vez de injustiça é justiça.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à Ata e com a consciência que tenho da dificuldade que é, porque algumas vezes estive ali em cima e só quando lá estive é que me apercebi da dificuldade para fazer a transcrição do que aqui se diz, mas é um facto, não só em termos de português que nós aqui exprimirmos que não é com a correção que é normal, um discurso de improviso nunca é a mesma coisa, mas, efetivamente, têm aparecido algumas frases cortadas. Eu já esclareci este assunto com a Dra. Esmeralda e que não fique nenhuma reserva quanto ao seu trabalho, longe de mim tal ideia, mas, de facto, às vezes aparecem aqui situações complicadas. Aqui há tempos disse aqui que não gostava de bola mas que apoiava e que alguns andaram lá porque lhes pagavam. A parte de que andavam lá porque lhes pagavam não apareceu. Agora na última, e respondendo ao Eng.º Carlos Artur, quanto aos que gostam do Concelho, eu disse que já cá tinha posto um milhão de euros e todos os Membros desta Assembleia juntos, se calhar, não tinham posto tanto. Curiosamente essa parte também lá não está. Está tudo bem. Não faço questão. Sei que são aqui meia dúzia de pessoas e o que aqui se diz vale o que vale, por isso eu potencio as minhas ideias noutros sítios. Mas ter alguma atenção a isso porque é um bocado estranho que estas coisinhas não apareçam lá.”

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Feitas estas duas propostas para alteração à ata da sessão anterior, se não houver mais propostas de alteração, passávamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de onze de dezembro de dois mil e quinze, foi aprovada por maioria, com três abstenções.

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de mais, queria pedir que admitam, se assim o entenderem, uma alteração à Ordem de Trabalhos neste sentido: No Ponto IX a documentação irá ser substituída; Depois, pedia para admitirem o Ponto XI, XII, XIII, e XIV.

Nós temos aqui uma proposta da Câmara para acrescentar quatro Pontos na Ordem do Dia. Como sabem, nos termos do artigo 50º, nº 2, tratando-se de sessão ordinária do órgão deliberativo e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na Ordem do Dia.

Preciso da aprovação, por dois terços dos membros, para incluir estes quatro Pontos que são os seguintes:

Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas dos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, e alínea c), do nº. 1, do artigo 6º., da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, para o compromisso plurianual de Contratação - Aquisição do Serviço de Fornecimento de Eletricidade no Mercado Liberalizado - Anulação de Procedimento Inicial/ Abertura de Novo Procedimento.

Ponto XII - Aprovação nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Vítor Manuel da Costa Rodrigues, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Ponto XIII - Aprovação nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Luís Fernando Ferreira Morais, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Ponto XIV - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio destinado à requalificação da Praça dos Combatentes, na localidade de Aldeia das Dez, no montante de 6.000,00 € (seis mil euros).”

Efetuada a votação, a inclusão dos Pontos XI, XII, XIII, e XIV, foi aprovada por maioria com três abstenções.

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Chegou agora o pedido para incluir um novo Ponto na Ordem de Trabalhos que passará a ser o Ponto XV - Apreciação e votação, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de celebração de Adenda aos Contratos Interadministrativos celebrados entre o Município de Oliveira do Hospital e as Freguesias do Concelho, no âmbito das suas atribuições no domínio da Educação e Ação Social, visando a delegação de competências da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital para o fornecimento e acompanhamento de refeições escolares, no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família da Educação Pré-Escolar e implementação e desenvolvimento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com as disposições legais, aprovados em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, de 19 de setembro 2014, sob proposta da Câmara Municipal de 11 de setembro de 2014, e considerando a necessidade de proceder à alteração do teor do n.º 2, da cláusula n.º1, e do n.º 1 da cláusula n.º 7, dos Contratos Interadministrativos celebrados com as Freguesias de Bobadela, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, Seixo da Beira e Travanca de Lagos e com as Uniões de Freguesia de Lagos da Beira e Lajeosa e de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços.

Este Ponto tem que ser aprovado hoje porque se não tínhamos que convocar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal para o efeito.”

Efetuada a votação, a inclusão do Ponto XV, foi aprovada por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2016.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, da proposta de

renovação do prazo do procedimento concursal comum para contratação de três Assistentes Operacionais no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado, a Tempo Parcial (quatro horas e meia).

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, da proposta de renovação do prazo do procedimento concursal comum para contratação de dois Assistentes Operacionais (Auxiliares de Serviços Gerais) no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

V - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho de técnico superior (engenheiro biotecnológico) da carreira de técnico superior, previsto no mapa de pessoal do Município de Oliveira do Hospital.

VI - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, destinado ao preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho de Assistente Operacional (leitor cobrador) da carreira de Assistente Operacional, previsto no mapa de pessoal do Município de Oliveira do Hospital.

VII - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho de Assistente Operacional (carpinteiro) da carreira de Assistente Operacional, previsto no mapa de pessoal do Município de Oliveira do Hospital.

VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, do recrutamento de um Assistente Operacional (Pedreiro), por recurso à reserva de recrutamento interna resultante do procedimento concursal comum para contratação de um assistente operacional (Pedreiro) no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, aberto por aviso publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 66, de 6 de abril de 2015, respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final homologada em 3 de julho de 2015.

IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 160.000,00 (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município, para a promoção de atividades de natureza corrente de cariz cultural, social, recreativo e de valorização da economia local, bem como para a realização de outras ações de relevante interesse para as Freguesias.

X - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio destinado ao arranjo urbanístico do Jardim junto à Capela Mortuária, na localidade de Vila Franca da Beira no montante de 52.165,42 € (cinquenta e dois mil, cento e sessenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos).

XI - Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, para o compromisso plurianual de Contratação - Aquisição do Serviço de Fornecimento de Eletricidade no Mercado Liberalizado - Anulação de Procedimento Inicial/ Abertura de Novo Procedimento.

XII - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Vítor Manuel da Costa Rodrigues, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

XIII - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Luís Fernando Ferreira Morais, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

XIV - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio destinado à requalificação da Praça dos Combatentes, na localidade de Aldeia das Dez, no montante de 6.000,00 € (seis mil euros).

XV - Apreciação e votação, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de celebração de Adenda aos Contratos Interadministrativos celebrados entre o Município de Oliveira do

Hospital e as Freguesias do Concelho, no âmbito das suas atribuições no domínio da Educação e Ação Social, visando a delegação de competências da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital para o fornecimento e acompanhamento de refeições escolares, no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família da Educação Pré-Escolar e implementação e desenvolvimento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com as disposições legais, aprovados em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, de 19 de setembro 2014, sob proposta da Câmara Municipal de 11 de setembro de 2014, e considerando a necessidade de proceder à alteração do teor do n.º 2, da cláusula n.º1, e do n.º 1 da cláusula n.º 7, dos Contratos Interadministrativos celebrados com as Freguesias de Bobadela, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, Seixo da Beira e Travanca de Lagos e com as Uniãos de Freguesia de Lagos da Beira e Lajeosa e de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços.

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Como é hábito quero fazer algumas referências em relação ao que se tem passado desde a última Assembleia até hoje: Queria congratular-me e penso que a Assembleia também estará satisfeita pela realização da Taça Hugo dos Santos de basquetebol em Oliveira do Hospital. Como sabem é um acontecimento de dimensão nacional e que enaltece a cidade.

Uma referência, também positiva, à Feira do Bodo de Vila Pouca da Beira que também se realizou já depois da última Assembleia Municipal.

Como sabem a Sra. Presidente da CCDR, Dra. Ana Abrunhosa, bem como a Dra. Isabel Damasceno fizeram uma visita ao Concelho: Visitaram alguns locais de possível investimento no âmbito do Quadro 2020, nomeadamente algumas IPSS e algumas empresas. Como sabem o Quadro 2020 permite também que alguns privados beneficiem de alguns investimentos.

Referir ainda as quatro empresas de Oliveira do Hospital que foram consideradas no âmbito do estatuto PME Excelência que também enaltece as empresas e o Concelho.

Uma referência também à homenagem que foi prestada pelo *Rotary Club* de Oliveira do Hospital ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino como profissional do ano, num jantar que reuniu centenas de pessoas e que muitas delas lhe

dirigiram palavras elogiosas. Foi também, a meu ver, um momento alto no Concelho.

Por fim, referir, também, o Corso Carnavalesco com as crianças e jovens do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital que teve o empenhamento dos professores e dos pais e que merece aqui a devida relevância.

Referir também o Congresso ou a Sessão, que a mim pessoalmente me agradou imenso, que foram os Encontros de Cidadania e responsabilidade Sócio ambiental, promovida pelo Centro de Formação e Associação das Escolas de Coimbra - Interior Norte. Foi, a meu ver, um espaço de intercâmbio de conhecimentos nomeadamente para a comunidade educativa mas não só, foi também um momento de reflexão para os órgãos autárquicos e até para os representantes da economia social. Teve excelentes oradores de nível universitário, como por exemplo o Prof. Reis Torgal e outros, pena foi que a Casa da Cultura César de Oliveira não estivesse cheia mas, mesmo assim, tinha muita gente e foi uma boa sessão que enaltece também o Concelho e nomeadamente a Câmara Municipal por promover estes encontros.”

De seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Junto com os documentos foi enviada a listagem da correspondência recebida e expedida contudo quero fazer referência ao documento do Grupo Parlamentar os Verdes relativo a os impactos negativos na qualidade de vida da população de São Paio de Gramaços, resultante da atividade da Sonae Indústria. Foi um estudo que foi feito e que foi dado a conhecer ao Ministério do Ambiente.”

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Começava com um pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara acerca de uma situação que por diversas vezes foi apresentada nesta Assembleia e que tem a ver com os constrangimentos financeiros, e não foram poucos, que a Câmara Municipal teve ao longo dos últimos tempos, no que respeita à questão dos défices relacionados com as tarifas da água e do saneamento. Foi anunciado aqui, há um tempo atrás, pelo Sr. Presidente da

Câmara, que estaria a haver reuniões com o Ministro do Ambiente para tentar solucionar as tarifas que são apresentadas e as contas que são apresentadas à Câmara Municipal. Estas tarifas são obviamente exageradas, particularmente naquilo que diz respeito ao saneamento, o que implicou muitas vezes contas exorbitantes que o Município teve que pagar às Águas do Zêzere e Côa. Em contrapartida sabemos, e há conhecimento, que há dívidas grandes de outros Municípios que estavam inscritos nesse sistema de águas e saneamento das Águas do Zêzere e Côa. Parece que terá havido vontade política por parte do Ministério do Ambiente para tentar solucionar esses problemas, porque havia reclamações de alguns Municípios e nomeadamente de Oliveira do Hospital, que era um dos Municípios que reclamava há muito tempo as contas exageradas que liquidava. Digo, liquidava, porque nós sabemos que o Município de Oliveira do Hospital sempre foi um Município cumpridor e pagador, a tempo e horas, dessas contas em prejuízo de outras atividades que a Câmara poderia, ou deveria, ter feito e, pelos vistos, foi feito um acordo entre as Câmaras Municipais e o Ministro do Ambiente. Era para pedir ao Sr. Presidente porque colocou-se aqui a hipótese do Município de Oliveira do Hospital ser ressarcido, pelo facto resultante da baixa das tarifas de água e saneamento por parte dos sistemas, do montante que se estimava ser cerca de seiscentos mil euros. Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara, que resultado saiu desse acordo? Se o acordo foi feito? Por quem foi feito? Se alguém esteve em desacordo com o acordo? Saber exatamente qual é a situação do Município de Oliveira do Hospital relativamente a esta questão.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero manifestar a minha solidariedade para com os membros das freguesias que foram mais afetadas pelo mau tempo assim como as respetivas populações.

Uma palavra de apreço também para o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital relativamente à organização do desfile de Carnaval: O meu reconhecimento público ao trabalho de todos os docentes, às Assistentes Operacionais, aos alunos e aos Encarregados de Educação que participaram em grande número no desfile.

Quero regozijar-me também publicamente pela homenagem feita ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino e apetece-me referir aqui Antoine de Saint-

Exupéry autor do livro O Príncipezinho: “*Aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.*” É isto que eu sinto relativamente a si, Sr. Presidente.

Gostaria de pedir ao Sr. Presidente, se fosse possível e se tivesse informações, que nos desse o feedback relativamente à saúde, nomeadamente a atribuição de Médicos de Família. Se já temos algo que possa tranquilizar as nossas populações.

Também gostaria de questionar se houve alguma diligência da Câmara Municipal relativamente à situação do Tribunal de Oliveira do Hospital, que quanto a mim é um problema grave.

Por último quero questionar para quando se prevê a abertura do tráfego a veículos pesados na ponte sobre o rio Cobral, na estrada Travanca/Lagares da Beira? Há alguma informação que possamos transmitir às populações?”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero começar por agradecer a intervenção do Eng.º Carlos Artur pelos motivos que ele sabe e eu também. Esses esclarecimentos o Sr. Presidente da Câmara já os aqui deu. Já disse que não aceitava porque queria os juro, etc. Os Senhores esquecem-se muito do que aqui se diz. O Sr. Presidente já deu esses esclarecimentos todos.

Eu também gostaria de ouvir esses esclarecimentos dele porque há vinte milhões de euros que deveriam estar nos cofres das Câmaras e não estão. Eu não estou a dizer que o Sr. Presidente da Câmara esteve mal. Eu não estou a dizer isso. Eu até acho que ele defendeu o interesse do Município. Mas a verdade é que estão vinte milhões de euros na rua e vamos ver se as Câmaras alguma vez os recebem porque isso é para ser discutido. Foi falado no dia quinze, e eu agora para saber as informações tenho que ir às outras Câmaras porque é assim que funciona a democracia neste Concelho.

Também veio o relatório da CADA e parece-me que é um assunto suficientemente importante para se pôr aqui. É a segunda vez que a CADA lhe diz que o Sr. António Lopes tem razão e até citou uma coisa que o Senhor aqui disse em dois mil e sete, e já que eu sou um palavroso e difícil de compreender o Senhor deve pedir para esclarecer. O Senhor disse isso aqui em dois mil e sete, eu já lhe disse isto uma vez e volto-lhe a dizer: Se eu recebesse um relatório destes da CADA eu não me sentava mais aí nessa cadeira.

Vim aos serviços e falei com as pessoas que me receberam muito bem. Ficámos de esclarecer mais umas coisas.

Na próxima Assembleia vou propor uma Moção de Censura que será devidamente fundamentada. Os Senhores Membros desta Assembleia decidirão como entenderem e saberão, como têm vindo a saber com a informação que eu vou servindo a todos, o que é que efetivamente se passa neste Concelho.

Se me chamam ladrão ou vigarista, eu como tudo isso com pão. Eu quero é aqui documentos como aqueles que eu apresento.

Posto isto, e porque eu não gosto que me mandem calar, quero falar da Fundação Cabral Metello, até porque me mandaram falar com a administração aqui há um ano, espero que o Sr. Presidente da Câmara também lá vá agora falar com a administração e ver se recupera o património porque os estatutos dizem que só não podem ser mudados os objetivos agora o resto pode mudar-se tudo. O que eu pergunto é que anda-se aqui a falar em cultura e desporto e até põe mais de um milhão de euros no orçamento e como é que se permite desonrar o nome de uma pessoa que deixou o património que deixou a este Concelho para ser pasto de cavalos e dormida de cães. O maior património construído, e para mim é o melhor que está no Concelho. Um Museu daqueles, o da Bobadela está lá de depósito das peças, mas este nem sequer a porta abre! Como é que num Município que tem três professores no seu Executivo se permite a vergonha que se passa no Cabral Metello?

Eu quero aqui dizer, e gostava de fazer uma proposta, tenho dúvidas se tenho legalidade para a fazer, mas o que eu quero dizer ao Sr. Presidente da Câmara, do eu conheço porque tenho aqui os estatutos, os que existem, e não sei se a Câmara os tem, mas eu tenho-os e posso-os ceder à Mesa, para mim são nulos e de nenhum efeito. A vontade do testador não foi respeitada, a vontade do testador diz que são quatro Membros da Assembleia, três Presidentes vitalícios, se existirem, se não existirem são compensados com nomeações da Câmara, são dois eleitos pelas Juntas de Freguesia para o Conselho de Administração e são dois eleitos pelas Juntas de Freguesia para o Conselho Fiscal. Portanto, em dez, o testador quer oito representantes eleitos, e disse bem. É suposto que os Senhores Presidentes de Câmara são pessoas de bem e que merecem a confiança de todos.

Portanto, depois de terem posto o Presidente da Assembleia ao fim do terceiro mês na rua, nem seis meses de nojo guardaram, naturalmente criou-se condições para que a lei seja aquilo que se sabe: Um dia dizem que é para falar com os serviços, a CADA diz que têm que fazer mas não fazem e, portanto, a

Câmara acha que é dona dos documentos. Aqui a lei é a vontade do Sr. Presidente e depois é natural que os Munícipes se sintam estimulados a fazer isto.

Como é que um Presidente de Câmara consegue fazer uma alteração, ou tenta, para já, onde é que ele tinha o quórum? De três em três anos tem que haver novos Membros e esta Câmara nunca nomeou novos Membros. Aquilo é tudo ilegal. Os Senhores façam o favor de pôr o homem na rua. Falei já aqui nesta Assembleia das seis pessoas que lá têm direito e respeitem a vontade do testador e o património deste Concelho e façam aquilo para que foram eleitos.”

De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

“É do conhecimento público a situação preocupante existente no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital por falta de médicos, apesar das inúmeras diligências que têm sido efetuadas por diferentes entidades no sentido de colmatar este problema.

Pese embora os constrangimentos existentes, sobejamente conhecidos e publicamente divulgados, os médicos do nosso Centro de Saúde conseguiram assegurar sempre o funcionamento dos serviços, nomeadamente o SAP mesmo em períodos muito críticos e à custa de um enorme esforço individual e pessoal. Considero que foram inexcedíveis, mesmo correndo sérios riscos de exaustão, diria mesmo de *Burnout*.

Manifestaram um elevado sentido de responsabilidade e prestaram ao nosso concelho um serviço de grande utilidade pública!

Sou testemunha do seu empenho, da sua dedicação e da sua abnegação, dia após dia, mês após mês, aguardando a resolução deste problema com alguma ansiedade. A abertura de concursos criou a expectativa da chegada de novos colegas, mas os médicos que escolheram trabalhar no nosso Centro de Saúde são ainda em número insuficiente, tendo em conta a população inscrita, pois ainda ficam muitos utentes sem médico.

Face ao exposto, não posso deixar de manifestar a minha gratidão a todos os profissionais que, neste período de enorme carência de recursos médicos, garantiram a continuidade do serviço de atendimento permanente e faço votos para que todos os órgãos do Município encontrem a melhor forma de institucionalmente reconhecer o devido mérito aos mesmos profissionais, cujo esforço pessoal e dedicação profissional permitiram garantir os cuidados de saúde necessários a todos os Oliveirenses.

Seguidamente gostaria de referir duas breves notas relativamente a duas respostas ao nível do Centro de Saúde que considero muito positivas:

Dizer-vos que existe uma Equipa de Saúde Mental Comunitária no nosso Centro de Saúde desde outubro de dois mil e quinze. Esta equipa faz consultas regulares (neste momento quinzenalmente) às quintas-feiras. A médica informou que irá disponibilizar mais um dia por mês de consulta, dado o aumento do número pedidos. Esta resposta, há muito esperada, constitui uma mais-valia para os utentes do nosso concelho que carecem deste tipo de acompanhamento, traduzindo-se em ganhos em saúde para todos. Sendo um serviço de proximidade, contribui para facilitar o acesso às consultas e diminuir custos com os transportes, pois evita a deslocação a Coimbra.

Quero falar-vos também do projeto “A Saúde + Perto”. Este Projeto foi da iniciativa do Sr. Diretor Executivo do ACES PIN, tendo em conta a realidade geodemográfica do nosso ACES, por apresentar um elevado número de população idosa. A intenção é este projeto ser implementado em todo o ACES e vai ser operacionalizado pelas UCC-Unidades de Cuidados na Comunidade, que existem nos respetivos Centros de Saúde, no nosso caso, a UCC Pinheiro dos Abraços.

O projeto surge da necessidade identificada de melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde das pessoas idosas e também se pretende que sejam abrangidas as pessoas isoladas. Na fase inicial a sinalização será realizada com a colaboração dos profissionais da GNR através do preenchimento de ficha de sinalização. É objetivo trabalhar em rede e em parceria, estando prevista a apresentação oportuna deste projeto aos parceiros locais.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“No dia três de fevereiro, a Prof.^a Dra. Ana Abrunhosa, Presidente da CCRDR-Centro - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, visitou o Concelho de Oliveira do Hospital.

Este tipo de iniciativa é inédita em termos de práticas da CCDDR-Centro. É motivo de orgulho, para todos nós Oliveirenses, ter nas nossas terras, durante um dia, individualidades que gerem o Quadro Comunitário Centro 2020.

Durante esta visita, a Prof.^a Ana Abrunhosa, que foi acompanhada pelo Executivo Camarário, teve oportunidade para tomar contacto com várias intenções de investimento no Concelho de Oliveira do Hospital na área empresarial e no setor ligado à economia social. O programa da visita integrou

também uma deslocação a dois Monumentos Nacionais de Oliveira do Hospital: A Igreja Moçárabe de Lourosa e as Ruínas Romanas da Bobadela.

Ao final da tarde, a Presidente da CCDR-C presidiu a uma sessão pública sobre “Oportunidades de financiamento, no âmbito do Portugal 2020” que deu a conhecer aos autarcas, empresários, dirigentes associativos e agentes do setor da economia social, os apoios financeiros disponíveis no âmbito deste quadro comunitário de apoio.

Os potenciais investidores tiveram a oportunidade de aí exporem as suas ideias de negócio e obterem os devidos esclarecimentos. Os empresários agendaram também reuniões individuais com os gabinetes do empreendedor da CCDR-Centro, da CIM-Região de Coimbra e da ADIBER, que decorreram no dia dezasseis de fevereiro nos Paços do Concelho.

A Prof.^a Ana Abrunhosa revelou-se surpreendida pelo extraordinário dinamismo que encontrou no Concelho. Destacou a capacidade empreendedora das gentes de Oliveira do Hospital, cujas intenções de investimento se enquadram nas linhas orientadoras do Portugal 2020.

Como empresário sinto orgulho por pertencer a este Concelho, sinto orgulho por ter uma Câmara Municipal atenta e amiga dos empreendedores e empresários, sinto orgulho por me ser dada a oportunidade de investir localmente.

É esta a postura correta, moderna, que convém destacar.

Gostaria de agradecer à CCDR-Centro por confiar em nós Oliveirenses e acreditar nas nossas ideias de negócio.

Por fim felicito o Executivo da Câmara Municipal por nos ter proporcionado esta oportunidade para podermos investir localmente. Afinal para a Região Centro estão reservados dois mil cento e cinquenta e cinco milhões de euros em financiamento comunitário, dos quais mil milhões dirigidos às empresas.

Uma pequena nota: Quero congratular-me por mais uma empresa no nosso Concelho. Refiro-me à Caule que se instalou no Concelho de Oliveira do Hospital deslocando a sua sede de Tábua para Oliveira do Hospital. Quero-vos dizer que fiquei realmente satisfeito e surpreendido. Eu próprio não imaginava a grandeza e o dinamismo da referida empresa. Dou os parabéns às pessoas que a dirigem e àqueles que efetivamente se esforçaram para que ele viesse para Oliveira do Hospital.

Estou aqui na qualidade de Deputada Municipal. Mas também sou industrial e comerciante em Oliveira do Hospital. Percorro o País de Norte a Sul

devido à minha atividade. Digo com toda a certeza, apesar de alguns não gostarem, existem um antes de dois mil e nove e outro depois de dois mil e nove.

Antes era Oliveira do Bairro, Oliveira de Azeméis e mais não sei quantas Oliveiras qualquer coisa.

Hoje toda a gente sabe onde é Oliveira do Hospital pois todos me falam do nosso Concelho.

Sr. Presidente da Câmara continue porque vamos no caminho certo. O trabalho que tem sido feito tem sido relevante para que o nosso Concelho, os nossos empresários, as nossas gentes sejam cada vez mais conhecidas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais queria apresentar a minha solidariedade para com todos os Presidentes de Junta e respetivas populações que tiveram problemas durante o passado fim de semana. Houve freguesias em que as populações estiveram alarmadas. Houve de facto muitos estragos e queria reconhecer aqui publicamente a celeridade com que as autoridades locais e refiro-me aos agentes da Proteção Civil que pertencem à Câmara Municipal e também ao Sr. Presidente da Câmara que esteve sempre com o telemóvel disponível para resolver qualquer problema, de facto desdobraram-se em esforços para apoiar todas as Freguesias. O Sr. Eng.º José Carlos Marques, Comandante Operacional da Proteção Civil Municipal esteve sempre a emitir alertas e avisos com a devida antecedência para todas as Freguesias. Houve elevados estragos em algumas Freguesias e na minha também houve alguns. No sábado, durante todo o dia, eu e os funcionários da Junta passamos por toda a Freguesia e verificamos que houve derrocadas que provocaram o corte de estradas. A GNR esteve logo lá no local e já eram duas horas da manhã, de sábado para domingo.

O meu reconhecimento vai para todas as autoridades do Concelho que foram céleres na prestação de auxílio a quem precisava. Tudo isto deve trazer elevados encargos financeiros para o Município e para particulares.

Queria tecer aqui um elogio a todos os participantes, bairros, coletividades e Associações, no Carnaval da Freguesia de Nogueira do Cravo. Todos tiveram uma participação fantástica.

O Centro Escolar de Nogueira Cravo participou no desfile de Carnaval em Oliveira do Hospital e por isso queria agradecer a participação e a ajuda dos

docentes e de todos os Auxiliares e Encarregados de Educação e também aos alunos que fizeram uma belíssima participação e por isso estão de parabéns.

Relativamente a uma situação que já se arrastava há mais de quinze anos quero reconhecer a posição do Sr. Presidente da Câmara porque conseguiu resolver um problema de utilidade pública, onde existiam muitos acidentes com grandes danos patrimoniais causados a muita gente em que os seguros não pagavam os prejuízos, estou a referir-me ao alargamento da estrada que faz a ligação entre Aldeia de Nogueira e Nogueira do Cravo, na rua do Salgueiro. Este problema já tem quinze anos e felizmente com a sensibilidade e com a maneira de ser do Prof. José Carlos Alexandrino que se deslocou ao local e que falou com o proprietário, assim como os Membros do Executivo da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, e o problema foi resolvido. Está a decorrer esta grande obra que irá evitar futuramente muitos acidentes e por isso fica aqui o meu reconhecimento público pela resolução desta situação.

Apelo ao Sr. Presidente da Câmara para interceder junto da ARH-Centro que é responsável pelos caudais pluviais de cursos navegáveis e não navegáveis para que façam a limpeza das bermas dos rios e riachos que existem na minha Freguesia. Eu tenho recebido editais onde é dito que os particulares são responsáveis pela limpeza e desobstrução dos caudais desses riachos mas estes trabalhos necessitam de utilização de maquinaria pesada e os proprietários não têm essas possibilidades. Peço ao Sr. Presidente da Câmara que nos ajude a resolver este problema.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero pedir à Assembleia que permita que no Ponto I se faça uma pequena apresentação relacionada com os danos provocados no nosso Concelho devido ao mau tempo. Pedi ao Eng.º José Carlos Marques, Comandante Operacional da Proteção Civil Municipal, para nos dar conhecimento das intervenções que foram efetuadas. Essa informação será feita no Ponto I se a Assembleia o permitir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Américo Marques Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“É com enorme prazer que aqui venho a esta Tribuna no sentido de me congratular com os últimos acontecimentos ocorridos na minha Freguesia, no âmbito da saúde e da cultura.

Desta forma felicito o Sr. Presidente da Câmara pelo facto de a Unidade Móvel de Saúde ter no final do mês de janeiro iniciado o seu percurso pela minha Freguesia, dando corpo ao slogan “Cuidados de Saúde mais próximos para quem está mais distante”, recordando que Lourosa é uma Freguesia limítrofe do nosso Concelho, constituída maioritariamente por uma população envelhecida e com graves problemas sociais.

No que se refere à Cultura, apraz-me registar a visita no passado dia três de fevereiro da Exma. Sra. Presidente da CCDRC, Dra. Ana Abrunhosa, ao centro histórico de Lourosa no âmbito da “Requalificação do Espaço Público e Melhoria das Infraestruturas”, obra esta considerada de vital importância para a divulgação deste riquíssimo património cultural e religioso.

Curiosamente foi a catorze de junho de mil novecentos e dezasseis, que a nossa estimada igreja foi classificada como Monumento Nacional, assinalando-se este ano o seu centenário. Nada melhor para assinalar este momento, que ficará para sempre gravado na história das nossas gentes, do que a há muito ansiada requalificação do espaço público envolvente, oferecendo a este espaço a dignidade que o mesmo merece.

Por tudo isto, Sr. Presidente, agradeço tudo o que tem feito pela minha Freguesia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui falar sobre o mau tempo que se fez sentir e partilho da mesma opinião do Sr. Presidente da Junta de Nogueira do Cravo. Antes de mais agradecer à Câmara Municipal e ao Sr. Eng.º José Carlos Marques pelo dinamismo que tiveram. Trabalharam noite e dia. Houve derrocadas, árvores caídas e num espaço de trinta e seis horas estava tudo desbloqueado.

Quero pedir ao Sr. Presidente do Município, Prof. José Carlos Alexandrino, e aos seus Serviços Técnicos para que dentro da brevidade possível fizessem uma intervenção no parque de campismo de São Gião porque ficou bastante danificado. Há paralelos arrancados e árvores caídas.

Temos que pensar no presente e no futuro e proponho que os Serviços Técnicos analisem aquela situação nomeadamente com a construção de um paredão de forma a evitar que a água entre no restaurante e na zona da praia fluvial.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar num conjunto de questões que aqui trago não poderia deixar de passar esta oportunidade para, uma vez mais, em nome do Grupo Municipal do PSD manifestar o nosso desagrado, Sr. Presidente da Assembleia, pela sua insistência na marcação destas sessões para este horário. Ao que parece ainda não foi suficiente a experiência da última Assembleia Municipal para serem tiradas as devidas ilações: Esta, nada tem a ganhar com este horário, antes pelo contrário. A nossa proposta continua a ser no sentido da mesma ser na sexta-feira à noite ou no sábado de manhã, pois permite a participação mais facilitada das pessoas que foram eleitas pelos cidadãos de Oliveira e do público em geral. Digamos que pretendemos um horário mais democrático.

Posto isto, gostaria de iniciar esta minha intervenção para deixar em meu nome pessoal e do Grupo Municipal de PSD uma palavra de conforto e de solidariedade para todos aqueles que sofreriam com os estragos causados pelas intempéries que tiveram lugar no nosso Concelho nomeadamente em toda a extensão do Alva. Por sua vez é justo felicitar o excelente trabalho de todos aqueles que estiveram envolvidos na resolução destes mesmos estragos nomeadamente os elementos da Proteção Civil Municipal por terem tido uma resposta rápida e adequada.

Uma palavra de felicitação para as quatro empresas do Concelho de Oliveira do Hospital, como já foi referido, que foram recentemente consagradas com o prémio de PME Excelência.

Referir ainda que é com bons olhos que também vemos o recente anúncio da requalificação do Hotel São Paulo por parte dos proprietários. Isto vem certamente colmatar uma lacuna na oferta de dormidas para o turismo na nossa Cidade.

Relativamente ao conjunto de apontamentos que aqui hoje trago para o Executivo Camarário gostaria de salientar quatro:

Primeiro apontamento: Sr. Presidente, gostaríamos de saber se já teve alguma resposta às moções que aqui foram votadas na última Assembleia Municipal ou se já teve algum avanço para a resolução destas matérias visto que na prática os problemas continuam a persistir.

Segundo apontamento: Gostaríamos também de ter uma explicação cabal por parte do Sr. Presidente da Câmara no sentido de tentarmos entender exatamente o que se está a passar com a Fundação Dona Maria Emília Vasconcelos Cabral. Há cerca de um ano já aqui foi referido a este respeito

quando aqui nesta mesma Assembleia aqui foi questionado o ponto de situação e pelo estado de legalidade daquela Fundação remeteu o assunto para os órgãos próprios, basicamente, como se diz na gíria do futebol, chutou o assunto para canto, quando na verdade o Executivo tem uma intervenção e responsabilidade direta no abandono a que este está a ser sujeito, nomeadamente a Casa Museu Cabral Metello. Agora, passado um ano, ao que parece, o Executivo quer agir judicialmente contra os órgão sociais pelo facto dos supostos estatutos terem sido alterados à revelia do Executivo Camarário. Não acha que também teve aqui alguma cota de responsabilidade pelo estado a que isto chegou?

Terceiro apontamento: Tendo em conta que o Orçamento Participativo Jovem ficou aquém das expectativas iniciais, ao nível da sua participação, achamos que deve ser dado um novo incentivo adicional para uma maior visibilidade e mobilização dos Oliveirenses na participação de uma cidadania ativa e responsável. Para tal achamos que deveria ser criado o projeto “Assembleia Municipal Jovem” que estimulasse jovens e alunos do segundo e terceiro ciclo em colaboração com as escolas e agrupamentos onde serão apresentados pelos Deputados Jovens propostas e recomendações visando a promoção de valores de cidadania, a participação da juventude no Município para a definição de políticas Municipais e sensibilizar os jovens para as questões do poder local e aproximar os jovens dos eleitos locais.

Uma nota ainda, e na sequência do problema do amianto nas escolas, para relembrar que existem também edifícios municipais com amianto, nomeadamente no estaleiro da Zona Industrial. Há que também zelar e reivindicar a modificação dos telhados de amianto de edifícios públicos municipais.

Finalmente, gostaria de apresentar uma recomendação ao Executivo Camarário em nome do Grupo Municipal do PSD, para que possa vir a ser considerado num futuro próximo, proposta estas que passo a ler e que será posteriormente entregue ao Executivo:

Proposta de Recomendação - A educação constitui um pilar basilar para o desenvolvimento da nossa comunidade. No tempo atual em que vivemos é fundamental reforçarmos o investimento nesta área.

A formação dos nossos jovens constitui um dos elementos essenciais numa estratégia global de igualização de oportunidade nas sociedades democráticas do século vinte e um.

Contudo, em defesa desta formação tem havido algumas lamentações às crianças e jovens com talentos especiais ao nível das diversas áreas da educação artística e das artes em geral e que pretendem desenvolve-las e aperfeiçoá-las.

O Município de Oliveira do Hospital deverá ter um olhar sobre a educação das suas crianças criando oportunidades para todos que mostrem trabalho e talento nas diferentes áreas das artes ou que queiram valorizar o seu talento e levar o nome de Oliveira do Hospital a todo o País e ao estrangeiro.

Assim sendo, com o objetivo de valorizar os nossos jovens Oliveirenses, no âmbito das mais diversas áreas artísticas, o Grupo Municipal do PSD de Oliveira do Hospital, vem propor à Câmara que seja criado um apoio monetário para apoiar os nossos jovens e crianças Oliveirenses que pretendam participar em concursos, campeonatos e projetos nacionais e internacionais que estimulem a aprendizagem e projeção do nosso Concelho, na qual seja demonstrado relevância e qualidade na área artística por parte do jovem.

A atribuição do subsídio deverá ser precedida da apresentação detalhada do concurso e evento bem como a justificação dos custos associados ao mesmo (deslocação, inscrição e estadia) em que a criança ou jovem irá participar em conformidade com o regulamento que será criado para o efeito.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje quero fazer aqui publicamente o reconhecimento às PME Excelência. Penso que todos sabem que foi criado pelo IAPMEI o reconhecimento às PME Excelência que reconhece as empresas a nível nacional. Desta vez o nosso Distrito teve cinquenta e oito PME Excelência sendo que quatro são do nosso Concelho. Os nossos empresários são uns heróis porque são aqueles que criam emprego, que trazem desenvolvimento para o nosso Concelho e para o País e são aqueles que resistem muitas vezes em ambientes adversos que existem na nossa sociedade.

As empresas reconhecidas como PME Excelência são os Irmãos Combustível, Lda, Paulo Amaral, Lda, Salsicharia Beira Serra, Lda e Serração de Paletes, Madeiras Henriques, SA.

Os nossos empresários e o Sr. Presidente da Câmara estão no bom caminho e acho que estamos todos de parabéns e devemos estar todos orgulhosos e por isso queria propor à Mesa, para apreciação da Assembleia Municipal, a apresentação de um Voto de Louvor pelo desempenho destas

empresas, reconhecendo-as por tudo o que têm feito, enaltecendo os proprietários os trabalhadores, os colaboradores e os clientes.

Relativamente ao turismo e às unidades hoteleiras quero dizer o seguinte: Os dados do Instituto Nacional de Estatística mostram que o Distrito de Coimbra, e a Zona Centro, teve um crescimento do número de visitantes, um aumento no número de dormidas, e conseqüentemente um aumento nos proveitos das empresas.

Inicialmente o turismo era só o Algarve, depois estendeu-se à grande Lisboa e depois ao grande Porto, ao Alentejo, quer à zona rural quer à zona das praias e hoje é em todo o País. As zonas interiores, onde nós estamos, são uma das zonas mais visitadas e queridas, quer por nós que nos deslocamos dentro do País para estas áreas, quer por turistas estrangeiros que nos visitam.

Hoje o turismo é uma das principais indústrias do nosso País e do mundo e movimenta muito dinheiro.

Oliveira do Hospital, conduzida pelo Município, tem promovido a área do turismo. Estamos envolvidos com diversas Associações que são importantes para o desenvolvimento do turismo nomeadamente o Turismo do Centro, as Aldeias de Xisto, a Rede de Cidades de Excelência e as Aldeias de Montanha. Hoje temos das melhores unidades hoteleiras a nível nacional, que eu já tive a oportunidade de visitar, nomeadamente o Hotel Alva Beira na Ponte das Três Entradas, temos o projeto Aqua Village, que espero que seja um excelente projeto e que está em obras, as Casas de Baixo em Alvoco das Várzeas, a reabertura de uma pousada histórica, a Pousada de Santa Bárbara, que é um dos mais aprazíveis locais com uma paisagem excelente da Serra da Estrela e do Vale do Alva, temos o novo hotel de charme nos Fiais da Beira, o Strogonof, e a reabertura do Hotel São Paulo. Ter uma unidade hoteleira na sede do Concelho e na cidade é positivo e honra-nos a nós todos e por isso bem-haja, Sr. Presidente porque conduziu este processo com discrição e levou-o a bom porto. Bem-haja também à família Álvaro porque conseguiu resolver todas as situações e temos hoje esta perspetiva de recuperação do Hotel.

Dar também nota que de acordo com os últimos dados estatísticos de dois mil e treze tivemos no Concelho vinte mil e seiscentas dormidas durante um ano.

Reforçava mais uma vez que o turismo é muito importante para o País e também para Oliveira do Hospital.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos proceder à votação deste Voto de Louvor proposto pelo Sr. Eng.º Carlos Inácio: Voto de Louvor e Reconhecimento ao esforço das pequenas e médias empresas de Oliveira do Hospital.”

Efetuada a votação, foi aprovado por unanimidade atribuir um Voto de Louvor e Reconhecimento ao esforço das pequenas e médias empresas de Oliveira do Hospital.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Começaria por dizer que me orgulho de viver neste Concelho porque nos últimos tempos temos quando saímos de Oliveira ouvimos as pessoas a dizerem bem de Oliveira do Hospital. Dizem que é um Concelho com vida e com dinamismo e isso enche-nos de orgulho e por isso temos que o salientar. Para isto contribuem algumas coisas que se vão fazendo aqui e gostaria de salientar duas situações que aconteceram recentemente: Uma delas foi o Carnaval e gostaria de deixar aqui uma felicitação muito especial ao Agrupamento de Escolas pelo desfile que deu cor e vida à cidade e que nos proporcionou um dia fora do normal e com muito movimento. Salientava também a envolvimento dos Bombeiros Voluntários que também se associaram a este evento. Agradecer à Câmara Municipal, na pessoa da Sra. Vereadora Graça Silva, que deu um contributo importante nomeadamente com o transporte de cerca de mil e trezentas crianças. Gostaria também de felicitar, na pessoa do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, a forma brilhante como decorreu o Carnaval em Nogueira do Cravo.

Deixava aqui uma palavra de solidariedade e incentivo à Associação Humanitário dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira porque tiveram um trabalho enorme, como em todos os anos, e este ano, infelizmente, não conseguiram mostrar aquilo que fizeram devido o mau tempo. Vão ter a oportunidade de o fazer, com certeza, brevemente.

Um outro evento importantíssimo para a divulgação do nosso Concelho foi a disputa da Taça Hugo dos Santos que é uma das principais competições da Federação Portuguesa de Basquetebol. Queria felicitar a Câmara Municipal e o Sr. Vereador Nuno Ribeiro pela excelente organização deste evento. Foram dois dias em que tivemos a promoção do Concelho nos canais desportivos de

televisão e nos jornais que noticiaram este evento. São eventos destes que também são importantes para o Concelho. Foi uma jornada muito positiva para o Concelho de Oliveira do Hospital que trouxe ao Pavilhão Gimnodesportivo Municipal cerca de dois mil e quinhentos espetadores.

Sr. Presidente da Câmara continue nesta senda porque isto é que é trabalho, isto é que é promover o Concelho, isto é fazer com que o Concelho se desenvolva.

Ainda sobre este evento permitam-me ler aqui o que foi escrito numa crónica do jornal A Bola pelo Dr. Hermínio Loureiro e que diz o seguinte:

“Estive em Oliveira do Hospital onde num dia de inverno rigoroso e muito frio vi um pavilhão desportivo com lotação esgotada para assistir a uma festa do basquetebol, como é a Taça Hugo dos Santos. O Presidente José Carlos Alexandrino, autarca eleito pelo PS, era um homem feliz pela dimensão do evento que levou muitas pessoas a Oliveira do Hospital. Benfica, Porto, Ovarense e Oliveirense estiveram ao mais alto nível e o troféu viajou para o Porto, que venceu a Oliveirense e na final ultrapassou o Benfica num jogo eletrizante.

Pelo quarto ano consecutivo que o troféu Hugo dos Santos se realiza em Oliveira do Hospital, terra natal do General, um dos impulsionadores do movimento capitães de Abril e antigo Presidente da Federação.

Fez bem a Federação Portuguesa de Basquetebol ao descentralizar a organização destes grandes eventos. Naturalmente que o Município aproveita a oportunidade para mostrar os seus pontos fortes, bem como os seus fortes distintivos, como é a Festa do Queijo que se realiza em março.

Futebol, Basquetebol, Andebol, Voleibol, Hóquei em Patins, Futsal e outras modalidades devem procurar descentralizar os seus eventos e ao mesmo tempo ter no poder local verdadeiros e ativos parceiros na promoção de políticas desportivas que aumentem o número de praticantes. Felizmente que o nosso país hoje tem uma rede de equipamentos desportivos com enorme qualidade espalhados de norte a sul e do interior ao litoral, passando pelas ilhas, que devem organizar em parceria com as federações estes eventos aproveitando para promover e valorizar os seus territórios.

Felizmente que já são muito pouco aqueles que criticam estas políticas. Eu acho que serão cada vez menos...”

Apesar de todos estes eventos a Câmara Municipal encerrou o ano de dois mil e quinze com dívida zero a fornecedores e eu acho que isso é mais um motivo de orgulho para todos nós.

Cego não é só aquele que não vê mas são também aqueles que não querem ver.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Peço à Câmara Municipal que diligencie junto da GNR para que os camiões TIR que estão estacionados nas bermas da estrada e refiro-me concretamente ao cruzamento de São Paio de Gramaços e Penalva de Alva. Quem vier de Penalva de Alva para cortar no sentido de Seia não consegue entrar na estrada sem ser em perigo porque ao fim de semana estão sempre ali estacionados dois TIR que não permitem que se tenha visibilidade para fazer a manobra.”

Seguidamente retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Acho que o Sr. Eng.º Rafael tem toda a legitimidade em manifestar o seu desagrado pela hora proposta, é um direito que lhe assiste, aliás, o Dr. Nuno Vilafanha também o fez, mas também é verdade que o Senhor foi contemplado com uma lista dos Municípios onde estão os horários das Sessões das Assembleias Municipais e reparou, com certeza, que só três, em vinte e uma, é que são feitas à noite. Portanto, se o Senhor tem esse direito eu penso que a Mesa e a grande maioria dos Membros desta Assembleia também têm o direito de continuar a querer o horário que estamos a praticar.

Quero também deixar um agradecimento porque talvez pela primeira vez gastámos os sessenta minutos que estão definidos no Regimento no Período de Antes da Ordem do Dia. Isto é uma vitória sobretudo vossa porque conseguiram cumprir o horário.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Penso que a homenagem que os Rotários fizeram ao profissional não deve ser chamada para aqui porque aqui o que está em julgamento não é o profissional mas a ação política do Executivo, contudo quero agradecer as palavras elogiosas que foram feitas.

Quero dar os parabéns ao Sr. Eng.º Rafael porque o PSD trouxe aqui pela primeira vez uma proposta concreta que depois a poderemos discutir.

Vou iniciar esta minha intervenção pela área da saúde porque é uma área relevante e à qual deveremos dar atenção. Quero dizer à Dra. Luísa Vales que comungo com tudo o que disse nomeadamente com o esforço dos médicos porque eu tenho acompanhado todo este processo. No passado o poder político não saía do gabinete para não serem confrontados com os problemas mas eu tenho uma característica diferente muitas vezes vou à uma da manhã ao Centro de Saúde para falar com os médicos e para me inteirar das situações.

A situação da saúde está mais serena do que estava há um tempo atrás porque reforçámos o quadro médico em Oliveira do Hospital. As soluções ainda não estão todas encontradas, ainda estamos longe do ideal para a saúde em Oliveira do Hospital.

Quero aqui anunciar que tive uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Saúde onde foram discutidos vários assuntos. Tenho a garantia para que no próximo concurso haja mais dois médicos colocados. Eu defendo um modelo novo para Oliveira do Hospital, na altura o ex-ministro do PSD, Dr. Leal da Costa, considerou-o até revolucionário, não se veio a concretizar devido a um conjunto de razões que hoje não são relevantes, mas congratulo-me porque hoje a saúde em Oliveira do Hospital está melhor devido também ao empenho dos médicos que fazem muitas horas consecutivas como por exemplo o Dr. Álvaro Luis, a Dra. Margarida e o Dr. Álvaro Herdade que tem sido incansável, tem trabalhado noites seguidas. Eu passo por lá e falo com eles. A Câmara Municipal está neste momento a pagar a renda de dois apartamentos para os médicos. Hoje temos menos atendimentos do SAP porque os médicos estão a trabalhar nas Extensões de Saúde. Eu também reconheço este esforço por parte dos médicos. Estamos a trabalhar e neste momento a saúde está mais estável em Oliveira do Hospital mas ainda temos um problema em Lagares da Beira e as populações sentem-se injustiçadas porque continuam sem médico de família.

Há quem tenha responsabilidades porque nós temos um médico aqui colocado que não reúne condições de saúde até porque ele esteve sempre de baixa, só trabalhou oito dias, e durante o período de avaliação poderiam ter rescindido e não o fizeram e hoje temos cá esse médico que efetivamente não faz serviço. Este médico não tem capacidades motoras para poder trabalhar e por isso tem estado de baixa.

Nós não fazemos como outros, não nos alheamos dos problemas dos Oliveirenses e neste momento considero a área da saúde prioritária.

A Unidade Móvel de Saúde neste momento presta apoio nas Freguesias de Aldeia das Dez, São Gião e Lourosa.

Quero dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa que para mim é uma grande honra dar apoio na Freguesia de Lourosa, poderíamos ter começado mais cedo, e até percebo alguma insatisfação da sua parte, mas tivemos que fazer um caminho de aprendizagem para trabalharmos bem. Esta aprendizagem foi feita em São Gião e Aldeia das Dez.

Neste momento era importante termos dois enfermeiros e um médico na Unidade Móvel de Saúde e haveria um salto qualitativo neste serviço que poderia também resolver o problema das populações de Travanca e Bobadela que também não tem médico.

Estamos a trabalhar em parceria, temos tido uma série de reuniões, e acho que nesta área da saúde o Município não fez mais do que a sua obrigação porque o Município tem que refletir nas preocupações dos Oliveirenses. É por isso que eu acho que não fazemos mais do que a nossa obrigação porque é para isso que nos pagam. Eu não quero nenhuma “camisola amarela” o que eu quero é resolver os problemas na área da saúde porque é fundamental que todos os munícipes, sobretudo aqueles que são mais necessitados, tenham acesso aos serviços de saúde. Este é um dos meus objetivos até porque a minha eleição e da minha equipa foi para proteger e lutar por aqueles que não têm voz.

Relativamente à área da Justiça quero dizer que estive com o Sr. Primeiro-ministro, Dr. António Costa, e coloquei-lhe o nosso problema na área da justiça. O Sr. Primeiro-ministro, Dr. António Costa, prometeu, e espero que cumpra, que os julgamentos vão regressar para Oliveira do Hospital. Também já solicitei uma reunião com a Sra. Ministra da Justiça e nessa reunião irei convidá-la para visitar Oliveira do Hospital e para que faça a estrada comigo desde Soure, onde se realizam alguns julgamentos, até Oliveira do Hospital para que possa perceber o nosso drama e para nos devolver aquilo que nos roubaram.

Neste momento a Associação Nacional de Municípios está a fazer um inquérito a nível nacional para apresentar à Sra. Ministra da Justiça onde serão destacadas as populações que têm que se deslocar mais quilómetros para terem acesso aos tribunais. Penso que haverá situações que vão voltar para trás porque a reforma da justiça não foi feita com critérios de justiça e por isso sempre fui contra esta reforma.

Sr. Eng.º Carlos Artur eu já falei muito sobre os défices tarifários da água e não vale a penas voltarmos a este assunto porque o Ministro do Ambiente, Dr. Jorge Moreira do Silva, fez justiça quando repôs, em julho de dois mil e quinze, o valor das tarifas.

O que é que ficou por resolver? O que ficou por resolver, e que houve uma negociação muito longa, foi o processo em tribunal com as Águas do Zêzere e Côa. Alguns não sabem o que dizem porque não há nenhum acordo de vinte milhões. O valor é de dezanove vírgula seis milhões de euros.

É verdade que há um acordo negociado onde Oliveira do Hospital tinha a receber cerca de seiscentos e noventa e quatro mil euros. Este acordo foi negociado sobretudo na fase inicial por Municípios devedores mas eu disse que não assinava o acordo porque o acordo prejudicava quem pagou a tempo e horas.

Defendi os interesses do meu Município porque é essa a minha obrigação e foi por isso que votaram em mim. Eu não estou preocupado. Há Municípios que devem cinquenta milhões, há Municípios que devem catorze milhões, às Águas do Zêzere e Côa, e que nunca pagaram, e esses estão com problemas mas Oliveira do Hospital não tem esses problemas. Oliveira do Hospital tem uma faturação alta mas já temos propostas concretas para que nos baixem essa faturação.

Eu sempre disse que não assinava o acordo enquanto não estivessem salvaguardados os interesses do meu Concelho porque nós pagámos sempre as faturas da água.

Eu estou contente com este acordo, não sei se irá ser concretizado ou não, mas temos feito reuniões e penso que terá que haver soluções para a resolução destes problemas até porque há Municípios aflitos por causa das dívidas que têm. Nós temos cerca de seiscentos mil euros e aguardamos porque eles irão cá chegar mas este dinheiro tem que vir remunerado com todo o dinheiro que nós pagámos.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos sobre a ponte da Adarnela quero dizer que vamos lançar a obra o mais depressa possível.

Dra. Luísa Vales, sobre a Equipa de Saúde Mental quero dizer-lhe que se ela funciona hoje em Oliveira do Hospital é porque houve alguém que fez um bom trabalho em Coimbra e digo-lhe que não foi o Presidente do Município de Oliveira do Hospital mas foi o Dr. José Francisco Rolo e o Dr. Reis Marques. Este é um bom trabalho porque aproximamos os cuidados nesta área da psiquiatria para os utentes de Oliveira do Hospital.

Relativamente à visita da Presidente da CCDR, Dra. Ana Abrunhosa, e da Dra. Isabel Damasceno teve dois objetivos fundamentais. Houve um conjunto de visitas a instituições com problemas muito concretos e visitas a empresas e

visitámos também dois monumentos nacionais. Houve reuniões com um conjunto de empresários e no dia dezasseis de fevereiro estive cá uma equipe técnica para dar respostas e fazer reuniões individuais. Na minha opinião foi uma jornada bem conseguida sobretudo porque a Dra. Ana Abrunhosa é uma mulher do terreno e foi capaz de perceber a dinâmica empresarial de Oliveira do Hospital que se deve sobretudo às suas gentes.

Relativamente à Caule quero dizer que ficou com umas magníficas instalações. Acho que a Caule é uma Associação Florestal que acrescenta valor ao nosso território e por isso tive muito prazer de estar na inauguração das novas instalações da sede social.

Relativamente à estrada de Aldeia de Nogueira não tenho nada a acrescentar, nós só fizemos o que tínhamos que fazer, mas sabemos que antigamente não conseguiram convencer o proprietário a ceder os terrenos gratuitamente como nós fomos capazes agora. Há diferenças que se notam!

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Luís Nina, disse aqui uma coisa interessante sobre a ARH Centro relativamente ao imposto sobre o metro cúbico da água: No dia em que estive com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente também estava a Presidente da APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Perguntei à Sra. Presidente da APA o que é que é feito com o dinheiro, que nós pagamos, da taxa dos recursos hídricos? Todos os Municípios do interior pagam na sua fatura da água a taxa dos recursos hídricos e eu nunca vi nenhum retorno deste dinheiro para o interior. O que vi sempre até hoje foi este dinheiro ser desviado para a orla marítima e para a recuperação do litoral. O que tenho visto são grandes obras lançadas com o nosso dinheiro da taxa dos recursos hídricos mas esse dinheiro deveria ser devolvido para os territórios que o pagam.

A Sra. Presidente da APA ficou incomodada e disse que é capaz de haver algumas razões mas que iria ver. Até se falou na possibilidade desta taxa de recursos hídricos ficar num fundo para possibilitar a descidas das tarifas de água.

Passo agora a responder à Junta de Freguesia de Lourosa e quero dizer ao Sr. Américo que relativamente à visita aos monumentos pela Dra. Ana Abrunhosa é importante referir que visitámos os monumentos que estão catalogados como monumentos nacionais e que no pacto para a região de Coimbra têm verbas e por isso houve um critério claro.

Relativamente ao Hotel São Paulo eu gostaria de dar aqui um esclarecimento: Alguns quiseram responsabilizar-me politicamente por o Hotel

ter fechado, mas eu não sou o dono do Hotel! O Hotel São Paulo é privado. Agora, alguns estão incomodados porque o Hotel vai abrir e eu agora sou o culpado porque o Hotel vai abrir.

Aquilo que eu fiz foi juntar o empresário que tinha alugado o Hotel com os proprietários do imóvel para que fossem feitos consensos e por isso eu acho que fiz o meu trabalho. Depois, quando as coisas chegaram a bom porto, e na minha opinião demorou demasiado tempo, e também não vou julgar quem é que teve a culpa. Agora a família Álvaro pediu-me uma reunião para apresentar o projeto e para os serviços técnicos analisarem para ver se está tudo dentro da conformidade. Fiquei muito contente com o projeto que foi apresentado porque o Hotel vai ser requalificado e Oliveira do Hospital ficará muito mais valorizada com o Hotel São Paulo.

Deixem-me dizer que alguns profetas da desgraça, que também vão aparecendo por aí, e que acham que esta promoção do território não se deveria fazer mas é a ideia deles e eu respeito-a. Há muitos deles que hoje falam no número de festas mas nunca se importaram em promover o território enquanto este Executivo tem uma opinião clara de como se faz a promoção do território. Alguns também acham que fazemos uma Festa do Queijo para ver quantos queijos vendemos. Não perceberam que a Festa do Queijo serve também para promover o Concelho de Oliveira do Hospital no seu todo. Este ano o investimento na Festa do Queijo vai ser maior do que foi no ano passado porque atingimos um determinado patamar de sucesso e o sucesso dá muito trabalho, alguns não sabem o que é isso, e para manter o sucesso é ainda preciso trabalhar mais. Este ano vamos fazer uma grande Festa do Queijo e vamos fazer um investimento maior para a promoção do Concelho. Vamos ter doze horas de Oliveira do Hospital nas televisões a transmitir para o Mundo e isto incomoda algumas pessoas.

Só como exemplo gostaria de referir que de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística o mês em que houve mais levantamentos nas caixas multibanco em Oliveira do Hospital foi no mês de fevereiro de dois mil e quinze e este valor é muito acima da média nacional. Referir também que a Festa do Queijo, em dois mil e quinze, foi realizada no mês de fevereiro. Também quero dizer que em dois mil e catorze houve em Oliveira do Hospital quinze mil, setecentas e trinta e duas dormidas. Estes números são do Instituto Nacional de Estatística e são indicadores que nos dão orgulho e que nos motivam a trabalhar mais.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Seguidamente foi feita uma apresentação pelo Eng.º José Carlos Marques, Comandante Operacional da Proteção Civil Municipal, relacionada com os danos provocados no nosso Concelho devido ao mau tempo. Nesta apresentação estão relatadas todas as intervenções que foram efetuadas no Concelho de Oliveira do Hospital. Esta apresentação fará parte dos anexos da ata.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Registo! Isto de facto está bom, eu tenho é que pedir desculpa por vir aqui chatear! Eu ainda vou pensar bem se vale a pena cá vir porque como os Senhores viram isto do incumprimento da lei e das recomendações da CADA e os problemas da Fundação Cabral Metello são coisas de somenos importância! Eu fiquei de facto aqui hoje muito decepcionado. É verdade que eu também dei algumas aulas destas e agora estou a pagar!

Quanto aos horários eu sempre disse que não sou contra mas ver que não estão presentes o Sr. Presidente da Junta de Oliveira do Hospital, que representa vinte por cento dos eleitores, e o presidente do principal partido da oposição já me preocupa. Mas isso já não é um problema meu mas quero deixar o registo.

Ouvi aqui de alguns membros do Partido Socialista nomeadamente do Sr. Raúl que fica todo satisfeito porque não há dívidas. Ora uma Câmara que em quarenta e quatro dias não tem nenhuma obra para pagar isso mostra que é uma Câmara que está a trabalhar em grande! Eu é que sou um má-língua! Deixem lá, porque não há problema nenhum!

Depois um grande número. Quinze mil dormidas! Quinze mil dormidas são quarenta e três dormidas por noite. Um hotel com menos de trinta quartos ainda é rentável. Isto é gestão? Enfim os números dizem tudo!

Eu fico admirado com os vossos elogios. Mas, de facto, estes números que o Senhor aqui falou: o hotel que só vai agora ser remodelado mas que já está para reabrir, os números do queijo. Vocês pensam que isto é tudo pataratas e que não percebem nada desta coisa. Dizem-se aqui uns números porreirinhos. Estes hotéis todos só com quarenta e três dormidas por dia devem ter uma rentabilidade grande! Eu tenho cá três empresas em Oliveira do Hospital e

nenhuma me está a dar lucro. Isto quer dizer que o Senhor Presidente da Câmara me está a perseguir?

Esta casa Cabral Metello não podia ser um grande motor de desenvolvimento deste Concelho? Um património daqueles e não vejo aqui ninguém preocupado!

Os Senhores dizem que eu discuto convosco mas faz-me confusão ver os meus pares nesta apatia. Mas, se os Senhores estão bem, se acham que é este o Concelho que querem, pois, continuem todos!

Mas que diabo! Que haja uma coerência mínima! Estamos a falar do interesse do Concelho e não estamos a falar da política politiqureira.

Sobre os médicos, agora parece que vão buscar os reformados. São velhos mas são bons médicos, fiquem descansados!

Sobre os números da água eu já lhe fiz chegar isto a si e a todos. Estão aqui os seus números. Isto é tudo muito bonito! Eu também sei, está aqui o acordo, também sei que são dezanove milhões e seiscentos. Eu tenho cá os números o problema é não ser vinte milhões e ser dezanove e seiscentos.

Os setecentos mil euros que andam a ser levados aos Municípios sem nenhuma razão porque o prejuízo da água tenho-o aqui e são, de facto, quatrocentos e cinquenta e um mil euros. São os números que o Senhor Presidente me deu, porque estes números são do Sr. Presidente da Câmara. Eu gostava que os passasse em PowerPoint para ver quem é o mentiroso.

O Sr. Presidente vem aqui para responder às nossas perguntas e vem chamar mentiroso a um membro desta Assembleia que por acaso até foi eleito para Presidente e o Sr. Presidente da Mesa fica ali muito calmo e sereno, um defensor da liberdade, que eu aqui vi, que não só não a pratica, não a respeita, não a faz cumprir, como deixa ofender os membros desta Assembleia.

Eu fico aqui deleitado a ver estes números e estas vossas tomadas de posição em cima de nada. Quinze mil dormidas é um sucesso. Quarenta e três dormidas em não sei quantas unidades hoteleiras. Devem estar todos a ranhar com a mão na cabeça. Têm que estar! Eu sei que estas dormidas são de uma clientela que eles disseram num inquérito que foi feito e que não são clientes da Feira do Queijo.

Se os Senhores acham que é este o Concelho, que é este o caminho, pois sigam, mas não é o do António Lopes, que fique aqui claro e registado. De certeza que não é por este caminho que Oliveira do Hospital lá vai.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não venho aqui bajular seja quem for, mas também não posso vir aqui dizer mal. A minha Freguesia durante esta intempérie esteve com vários riscos e eu não podia deixar passar este momento sem agradecer ao Eng.º José Carlos e à Câmara, no apoio que me deram a mim e à população na resolução dos graves problemas que tivemos e que continuamos a ter, alguns já em fase de resolução. O Eng.º José Carlos foi inexcelável, trabalhou muitas horas, e o mérito tem que ser reconhecido. Ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores, que fizeram o favor de me acompanhar naqueles momentos mais complicados, também lhes quero dar uma palavra de agradecimento: Muito obrigado a todos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui também, no seguimento do que o Sr. Carlos Castanheira disse, deixar uma palavra de grande apreço aos Serviços da Proteção Civil Municipal ao comando do Eng.º José Carlos Marques.

Dizer que no fim de semana passado vivemos alguns momentos complicados mas tivemos sempre o conforto e a grande operacionalidade dos Serviços Municipais.

Quero deixar aqui um agradecimento público a todas as pessoas que estiveram envolvidas e que trabalharam dia e noite e que trabalharam debaixo de condições de chuva, frio, vento, condições adversas muito difíceis. Foram Super-Homens que nos ajudaram a superar todas aquelas adversidades.

Também quero fazer um pedido ao Sr. Presidente da Câmara: Seria importante que nos próximos dias pudéssemos sair, ir ao terreno, e verificar algumas situações que foram provocadas por estas intempéries e que deveríamos “deitar-lhes a mão” rapidamente para que não nos tragam custos mais avultados no futuro. Estou a falar de algumas infraestruturas da rede rodoviária que estão em perigo e que deveríamos intervir o mais rapidamente possível.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Se este não é o Concelho que o Sr. António Lopes queira ou o Concelho que o Sr. António Lopes goste, o problema é dele.

Sr. Presidente, vou dizer-lhe claramente, este é um Concelho que eu gosto. É um Concelho que eu gosto, por aquilo que eu vejo que tem sido feito. Gosto! Também o Sr. Raul já aqui disse que gosta deste Concelho e que gosta de viver neste Concelho. Eu também gosto! Se o Sr. António Lopes não gosta, o problema é dele. Mude de Concelho! Se calhar é um conselho que eu lhe dou. Mude de Concelho Sr. António Lopes.

Agora vamos falar de coisas sérias e de coisas realistas: Eu gosto deste Concelho, e gosto particularmente deste Presidente e deste Executivo, e também gosto muito desta Assembleia. Não somos, seguramente, uns Senhores e umas Senhoras que estamos aqui a dizem ámen ao Sr. Presidente da Câmara, Sr. António Lopes! Não somos! O Senhor está enganado! Muito enganado! Eu penso que o Senhor não está aqui rigorosamente a fazer nada. O Senhor só está aqui com um objetivo: É pura e simplesmente “o bota a baixo”, mas nós vamos resistir-lhe, Sr. António Lopes!

Fico particularmente satisfeito por viver neste Concelho e por ter este Executivo e este Presidente por várias razões: Sr. Presidente, folgo por ver nestes papéis da atividade financeira que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital está numa posição que há muitos anos não está e não esteve. Apraz-me registar isto! Sr. Presidente da Câmara, apraz-me registar, contrariamente àquilo que o Sr. António Lopes diz, que o Senhor chegou a trinta e um de dezembro e não devia nada a fornecedores. Mas também me apraz registar que há um ano, há dois, há três, há quatro, no seu Executivo, quando nós chegávamos aqui a estas Assembleias Municipais, nós víamos aqui uma “carrada” de empréstimos bancários que o Senhor e o seu Executivo, apesar de todas as dificuldades financeiras e dos cortes financeiros a que foi sujeito, o Senhor pagou. Hoje olhamos para estes mapas e só vemos três e destes três dois são residuais. Dos célebres cinco milhões, que o Senhor herdou de dívida, o Senhor hoje já só deve três milhões. Para além de todos os outros empréstimos que o Senhor pagou o Senhor só aqui tem três milhões trezentos e setenta e quatro mil euros. Apraz-me registar isto.

Sr. António Lopes deixe-me falar porque eu não o interrompi. Seja sério e não seja incorreto. É isso que eu lhe agradeço.

Sr. Presidente, vou-lhe lançar aqui um desafio muito sério: Eu sei, e todos nós sabemos, os constrangimentos financeiros que o Senhor teve, em particular nos dois últimos anos. Todos nós sabemos, eu sou Presidente da Junta e estão aqui outros, aquilo que o Senhor nos tem dito relativamente às nossas aspirações, quanto às expectativas que criámos nas nossas Freguesias em termos de investimentos. O Orçamento que o Senhor nos trouxe aqui, e que nós aprovámos, para este ano de dois mil e dezasseis, e que também irá transmitir-se igualmente para dois mil e dezassete em termos de investimento, vai requerer um grande esforço financeiro por parte da Câmara Municipal. O Senhor tem grandes objetivos e é ambicioso, eu sei que é, mas nós também somos. Eu sei que o Senhor está preparado e está a preparar-se ainda mais, com grandes projetos para Oliveira do Hospital, para poder ir buscar dinheiro aos Fundos Comunitários ao Portugal 2020. Eu espero bem que o Senhor tenha sucesso para bem de Oliveira do Hospital e para que Oliveira do Hospital continue numa mudança grande em termos de desenvolvimento.

O desafio que eu lhe lanço aqui, Sr. Presidente, é só um: O Senhor ainda não contraiu um único empréstimo na vigência dos seus Executivos. O Desafio que eu lhe lanço aqui, Sr. Presidente, para alavancar esses investimentos em termos de participação do Município, o Senhor vai precisar de dinheiro. O desafio que eu lhe deixo é este: Lance mão num empréstimo de dois ou três milhões, do que for necessário. É este o desafio que eu lanço para que estas obras sejam feitas.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“O que eu queria dizer já foi falado aqui, mas não podia deixar de dar o meu testemunho relativamente às intempéries da passada semana: A minha primeira palavra é para salientar o esforço, a eficácia, da Proteção Civil Municipal. Em Alvôco tivemos alguns problemas, contactámos com a Proteção Civil e o Eng.º José Carlos esteve sempre disponível e presente. O que mais me admirou é que ele dorme menos do que eu. Telefonámos-lhe várias vezes e ele ora estava em Penalva, em Aldeia das Dez, em Vale de Maceira. Na realidade este esforço tem que ser enaltecido. O Eng.º José Carlos foi inexcelável e tem que ser relevado todo o esforço que ele fez neste período adverso da semana passada.

Nós tivemos alguns prejuízos em Alvôco mas Avô tem tido problemas graves que têm que ser resolvidos.

Queria também salientar a iniciativa de alerta que foi feita antecipadamente porque para nós foi muito benéfico: Conseguimos desviar algumas águas com o auxílio do nosso POC que também fez um trabalho inexecutável. Também conseguimos prevenir os estragos na nossa Praia Fluvial para que não tivéssemos problemas mais graves.

Uma outra situação que nos foi favorável foi termos os rios limpos. A limpeza dos rios foi feita a tempo para prevenir uma situação destas. Se os rios não estivessem tão limpos as águas seriam mais retidas e iriam estragar muito mais os leitos dos rios. Agradecia mais uma vez a iniciativa do Sr. Presidente da Câmara pela limpeza dos rios e lembrava aqui os mais céticos que a limpeza dos rios foi um investimento bem feito.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos dados da Proteção Civil quero dizer o seguinte: Quedas de muros foram oito ocorrências; Queda de árvores foram onze ocorrências; Deslizamento de terras foram sessenta e três ocorrências; Inundações/cheias foram oito ocorrências.

Em primeiro lugar quero congratular-me com a resposta célere dos nossos Serviços de Proteção Civil, a qual eu presido. As coisas correram bem. Quando não há vítimas humanas acho que as coisas já correm bem porque isso é o mais importante.

Se hoje temos eficiência na Proteção Civil esta eficiência também se deve a este Presidente e a este Executivo. Antigamente nem Coordenador de Proteção Civil tínhamos. Alguns que defendem aqui a camisola do PSD se tivessem vergonha falavam pouco porque atrasaram o Concelho mais de vinte anos. Hoje nós somos um Concelho diferente e até nesta área demos respostas efetivas e eficazes devido a uma nova visão.

Eng.º José Carlos Marques, Coordenador da Proteção Civil Municipal, nomeado por este Presidente da Câmara, o seu trabalho, a sua coordenação, a sua dedicação foi fantástica e por isso quero agradecer-lhe a si e a toda a equipe. Estive no terreno ao seu lado juntamente com os Presidentes de Junta. Nós estamos junto das populações quando elas precisam e por isso estamos de parabéns.

Também a GNR está de parabéns porque mostrou grande disponibilidade. Foram recrutados homens de outros Postos, como por exemplo Tábua e Arganil, e houve uma resposta eficaz. A GNR fez um belíssimo trabalho conosco. Também quero agradecer a disponibilidade às duas Corporações do Bombeiros Voluntários, de Lagares da Beira e de Oliveira do Hospital e também agradecer ao Gabinete Técnico Florestal. Foi feito efetivamente um trabalho extraordinário em parceria.

Os nossos funcionários da Proteção Civil irão ter novos fatos para se protegerem da chuva porque devem estar equipados devidamente. Não quero voltar a ver os nossos homens todos molhados porque isso não é justo para quem se dedica e para quem faz esse trabalho.

Sobre a parte financeira quero dizer o seguinte: Sr. Eng.º Carlos Maia, como sabe a Câmara Municipal, hoje, é administrada com grande rigor financeiro. Nós herdámos dezoito, ou dezanove, empréstimos dos Executivos anteriores e já pagámos dezasseis. Eu até poderia ficar na história como o Presidente que andou a pagar os empréstimos dos outros.

Acho que deveremos endividar-nos quando temos objetivos concretos para melhorar o território e para fazer algumas obras que são necessárias num conjunto de Freguesias.

Neste momento, em que negoceio o PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, até vai haver uma linha de financiamento, através do Banco Central Europeu, que não conta para o endividamento das Câmaras Municipais, mas terá que haver um financiamento complementar para fazermos obras nas Freguesias que não tiveram possibilidade de ter obras participadas em oitenta e cinco por cento.

É importantíssimo percebermos, até porque não podemos andar aqui com chavões, e exigir aos outros, coesão do território, quando nós em Oliveira do Hospital não queremos ter coesão de território em relação às outras Freguesias. Há um conjunto de investimentos, que eu defendo, nas outras Freguesias periféricas e é para aí que faremos um empréstimo para realizarmos um conjunto de obras.

Eu não ficarei na história como o Presidente que só serve para pagar os empréstimos dos outros.

Relativamente à Fundação Cabral Metello quero fazer o seguinte esclarecimento: A Câmara Municipal não é dona da Fundação Cabral Metello. Alguns acham que a Câmara Municipal é a dona da Fundação e que deve intervir em tudo mas não é a minha perspetiva até porque eu nomeio o

Presidente da Fundação Aurélio Amaro Dinis e nunca tive qualquer tipo de intervenção nas decisões do Conselho de Administração. O Conselho de Administração tem autonomia própria.

Relativamente à Fundação Cabral Metello o problema é que foram nomeados elementos pela Câmara Municipal a quem não foi dado posse porque estavam a ser alterados os estatutos. Nós, nunca tivemos conhecimento da alteração dos estatutos da Fundação Cabral Metello e por isso temos aqui um problema para resolver. Há outros que têm lugar na Fundação Cabral Metello por inerência mas não quiseram assumir as suas responsabilidades. Isto tem uma história que depois um dia conto-a até porque se passou numa reunião de Câmara.

Quero deixar isto bastante claro: A Câmara Municipal não intervém na Fundação Cabral Metello e há alguns que deveriam ter mais respeito por um homem que deu muito a este Concelho que se chama Dr. António Simões Saraiva. Foi um homem que foi aqui distinguido pelo Executivo do PSD com uma Medalha de Ouro do Município de Oliveira do Hospital porque foi um homem que serviu o Concelho com a bandeira do seu partido. Nesta fase da sua vida, tem noventa e um anos de idade, eu gostaria que o Dr. António Simões Saraiva não fosse chamuscado com isto e acho que o devemos respeitar. As pessoas que aqui estão deveriam ter mais respeito por ele.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2016.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta alteração ao quadro de pessoal é para abirmos um concurso para um Engenheiro biotecnológico a termo resolutivo certo para os serviços de água. O funcionário da equipa multidisciplinar, Paulo Marques, pediu uma licença sem vencimento por um ano e na minha opinião não há insubstituíveis em nenhuma organização.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Eu já falei dos números, se as pessoas estão satisfeitas obviamente que não vamos discutir porque isto é a tal política politqueira. Quem se congratula com quinze mil dormidas!

Há tempos pedi um esclarecimento sobre uma determinada pessoa, parece que é a que aqui estamos a discutir, que entretanto virou empresário e agora parece que vai controlar a água, aquelas coisas que se passam aqui e que são motivo de má-língua do António Lopes, e eu vou-me rindo, vou olhando.

Hoje vamos aqui aprovar cerca de vinte novos postos de trabalho, que já estão todos cá dentro. Em que uns são para agradecer determinados comportamentos e os restantes são para substituir aquelas pessoas que vão mantendo uma determinada postura e que não compactuam com tudo o que as pessoas querem. Esta semana houve três trabalhadores da Câmara que me contactaram, dois a chorar, com aquilo que se passa dentro desta Câmara. Eu lamento muito ter sido, como se sabe, um dos principais responsáveis deste poder para aqui assistir a isto. Parece que é isto que se quer, parece que este é que é o bom caminho, parece que estas é que são as boas soluções. Portanto, nestes Pontos todos eu vou-me abster, pelas razões que os Senhores conhecem, como me abstenho em todos.

Quero informar o Sr. Presidente da Mesa que eu não compacto-o com a chegada dos Pontos aqui em cima da hora para eu tomar decisões. Isto poder ser muito bom politicamente, os Senhores sabem muito, mas eu também já cá ando há muitos anos. Quando se esgotarem os Pontos da Ordem de Trabalhos que me foi enviada eu vou-me embora. Tanto se me dá que me paguem ou não porque eu não fico com o dinheiro que cá recebo e portanto não me faz diferença nenhuma.

Agora, como Presidente da Assembleia, que fui eleito, acho que este Salão Nobre e este Concelho merecem outro respeito e não é para ser tratado desta maneira. Acho que uma pessoa consciente e responsável não pode tomar aqui uma decisão de acordo com as responsabilidades que tem com documentos que lhe entregam aqui “em cima do joelho”. Eu não compacto-o com isto e quando chegar ao Ponto X eu vou-me embora.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara queria dizer, tal como já disse na última Sessão, que tem razão nesse último argumento que

aduziu. Queria dizer-lhe também que estamos a tentar melhorar e vamos melhorar. Como já percebeu eu não costumo defender o indefensável.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria fazer um esclarecimento a propósito do acrescento dos Pontos na Ordem de Trabalhos: Na minha opinião o Sr. Presidente da Assembleia Municipal agendou bem os Pontos. De acordo com a lei podem incluir-se mais Pontos desde que seja aprovada a sua inclusão por dois terços dos membros da Assembleia Municipal e, por isso, esta inclusão de mais Pontos na Ordem de Trabalhos foi efetuada legalmente.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal fez muito bem em incluir estes Pontos na Ordem de Trabalhos, nomeadamente os Pontos relacionados com o reconhecimento de interesse público municipal na regularização de atividade pecuária e o Ponto relacionado com a Adenda aos Contratos Interadministrativos com as Freguesias porque se assim não fosse teríamos que fazer uma Sessão da Assembleia Municipal Extraordinária.

Esta Assembleia está a cumprir a lei porque dois terços dos membros da Assembleia votaram favoravelmente a inclusão dos Pontos. O que era despropositado era convocar uma Assembleia Extraordinária, porque tem custos, para discutir os Pontos que hoje aqui foram incluídos. O mais importante é que os proprietários das explorações agropecuárias possam ficar devidamente legalizados com a decisão desta Assembleia.

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor tem desempenhado muito bem a sua missão e tem cumprido com o que está estipulado na lei.

Relativamente a estes concursos quero dizer que há alguns que são renovações do prazo do procedimento concursal. Estes concursos já vieram aqui e foram aprovados mas o concurso não decorreu no seu tempo e por isso é necessário fazer a renovação.

Há aqui contratos novos até porque o Orçamento de Estado vai flexibilizar as admissões nas Câmaras Municipais. A Câmara Municipal foi perdendo mais de oitenta trabalhadores e há áreas que são mais sensíveis como a área da água onde perdemos dois leitores cobradores e nós recorremos a uma prestação de serviços para que nos fizessem as leituras. Alguns pensam que esta prestação de serviços é para os amigos. Acho que devemos contratar pessoas, o concurso é público, com regras, como percebem.

Relativamente à Equipe Multidisciplinar das Águas quero agradecer o trabalho que foi feito pelo Coordenador Paulo Marques porque fez um bom trabalho em parceria com a Câmara Municipal mas ele teve um novo desafio profissional com um ordenado muito maior. Eu sou daqueles que também acha que não há insubstituíveis em nenhuma organização.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2016, que foi aprovado por maioria com cinco abstenções.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte declaração de voto:

“Desta vez estou de acordo consigo, Sr. Presidente da Mesa, as coisas estão a correr bem e vão começar a correr cada vez melhor, você vai ver!

Não correm melhor porque as pessoas estão aqui a ver o que querem ver e não estão a ver aquilo que se passa.

O Senhor, se reparar, eu não votei contra a admissão dos Pontos. Não percebi qual foi a referência do Sr. Presidente que, por certo, está aqui descuidado e com outros olhos, não deve estar na mesma Assembleia. Eu votei favoravelmente a inclusão dos Pontos e não inviabilizei a discussão dos Pontos. Só que hoje é dia dezanove e esta Assembleia podia ser feita de hoje a oito dias ou de amanhã a oito dias. Antigamente a Assembleia era feita no fim do mês para termos tempo para essas coisas. Eu não sei porque é que os Senhores agora têm pressa para fazerem a Assembleia a meio do mês e depois chegam sempre aqui os assuntos a correr.

Os Senhores façam o favor, porque os Senhores sabem que não estão a lidar com pataratas e vamos tratar as coisas com idoneidade, sem política politiqueria porque não há aqui quem queira mais ao Concelho e que seja mais responsável do que eu, aliás foi eleito como o primeiro responsável. Vamos ver se a gente se entende! O Sr. Presidente da Câmara que esteja atento porque o Sr. António Lopes votou favoravelmente a inclusão dos Pontos mas o Sr. António Lopes não concorda como foi e no Ponto X vai-se embora, porque é um direito que ele tem, ou também me quer proibir de sair?”

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, da proposta de renovação do prazo do procedimento concursal comum para contratação de três Assistentes Operacionais no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado, a Tempo Parcial (quatro horas e meia).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estes foram concursos que a Assembleia Municipal já aprovou. São concursos para a renovação de prazo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“No meu entendimento, relativamente a este Ponto, como a outros similares que vão ser votados, quero deixar clara a minha posição quanto à votação: A minha votação é sim porque considero que são serviços indispensáveis da Câmara Municipal e que também as próprias Freguesias irão lucrar com o reforço de pessoal. Muitas vezes pedimos à Câmara Municipal determinadas intervenções e se não houver meios humanos capazes de dar uma resposta, somos nós que vimos reclamar junto da Câmara Municipal.

Algumas das propostas nestes Pontos são a tempo parcial, nomeadamente os Assistentes Operacionais que são serviços fundamentais e penso que é unânime a nossa concordância. A Educação tem de ser, e é, uma das apostas deste Executivo, e, penso eu, também de todos nós. Quem diz a Educação diz outros serviços que aqui são visados. O meu voto é favorável para todos eles.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, da proposta de renovação do prazo do procedimento concursal comum para contratação de três Assistentes Operacionais no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado, a Tempo Parcial (quatro horas e meia), que foi aprovado por maioria e com três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, da proposta de renovação do prazo do procedimento concursal comum para contratação de dois Assistentes Operacionais (Auxiliares de Serviços Gerais) no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Houve aqui uma tentativa muito grande, e há sempre, de me porem contra os trabalhadores da Câmara.

Eu já o aqui disse várias vezes: Eu não sou contra nenhuma das admissões até porque sei que a maior parte deles já cá estão dentro.

O Paulo Marques fez de facto aqui um grande trabalho na Equipa Multidisciplinar. A decisão da criação da Equipa Multidisciplinar foi uma das boas decisões do Sr. Presidente da Câmara e disse-lhe que o devia ter feito mais cedo, na altura até lhe disse que teria poupado para fazer um campo de futebol. O Sr. Presidente da Câmara é que de vez em quando se esquece de algumas coisas. Tenho muita pena de o ver ir embora e gostava que o motivo que o levou a ir embora fosse aquele que o Sr. Presidente da Câmara aqui disse, infelizmente não é só isso! É um técnico que tenho muita pena de o ver ir. Penso que também sei quem é que o vai substituir, eu não tenho nada contra as pessoas mas tenho contra os procedimentos, acho que é uma pessoa que é capaz de resolver o problema e as divergências que eu tenho de ordem legal não me deixam confundir nem com as capacidades das pessoas nem com as necessidades e a solução dos problemas. Eu só não percebo porque é que as coisas não se fazem como devem ser feitas?”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, da proposta de renovação do prazo do procedimento concursal comum para contratação de dois Assistentes Operacionais (Auxiliares de Serviços Gerais) no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho de técnico superior (engenheiro biotecnológico) da carreira de técnico superior, previsto no mapa de pessoal do Município de Oliveira do Hospital.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho de técnico superior (engenheiro biotecnológico) da carreira de técnico superior, previsto no mapa de pessoal do Município de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por maioria com quatro abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, destinado ao preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho de Assistente Operacional (leitor cobrador) da carreira de Assistente Operacional, previsto no mapa de pessoal do Município de Oliveira do Hospital.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, destinado ao preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho de Assistente Operacional (leitor cobrador) da carreira de Assistente Operacional, previsto no mapa de pessoal do Município de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por maioria com quatro abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de

trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho de Assistente Operacional (carpinteiro) da carreira de Assistente Operacional, previsto no mapa de pessoal do Município de Oliveira do Hospital.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho de Assistente Operacional (carpinteiro) da carreira de Assistente Operacional, previsto no mapa de pessoal do Município de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por maioria com quatro abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, do recrutamento de um Assistente Operacional (Pedreiro), por recurso à reserva de recrutamento interna resultante do procedimento concursal comum para contratação de um assistente operacional (Pedreiro) no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, aberto por aviso publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 66, de 6 de abril de 2015, respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final homologada em 3 de julho de 2015.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este é que está mesmo escolhido porque houve um concurso e nós vamos recorrer á lista da graduação.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, do recrutamento de um Assistente Operacional (Pedreiro), por recurso à reserva de recrutamento interna resultante do procedimento concursal comum para contratação de um assistente operacional (Pedreiro) no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, aberto por aviso publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 66, de 6 de abril de 2015, respeitando a ordenação constante da lista

unitária de ordenação final homologada em 3 de julho de 2015, que foi aprovado por maioria com quatro abstenções.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Relativamente a este Ponto, assim como aos anteriores, no que diz respeito a estas propostas de abertura de procedimentos concursais, obviamente, como não podia deixar de ser, eu votei a favor de todas elas, como já o fiz anteriormente no Executivo que era liderado pelo Sr. Prof. Mário Alves.

Agora, o que eu estranho é o rumo destas votações porque os elementos do PSD desta Assembleia abstiveram-se em tudo nestes Pontos.

Eu pergunto porquê? Mas será que estes Senhores são contra?

Depois de terem saído muitos trabalhadores da Câmara Municipal, desta Câmara Municipal, deste Executivo Municipal, como o Sr. Presidente da Câmara já disse, e saíram muitos trabalhadores ao longo destes últimos anos.

Se calhar o PSD que nós temos aqui nesta Assembleia está de acordo que antigamente os funcionários na Câmara eram metidos “à pazada”. Agora a Câmara Municipal tem poucos funcionários e há necessidade de meter funcionários. O que eu estranho é o PSD desta Assembleia abster-se! Então este PSD entende que um serviço tem que ser feito sem pessoas? Então que sentido de voto é este? Eu gostava que alguém do PSD viesse aqui dar uma explicação e dissesse porque é que nestes Pontos de abertura concursal para funcionários da Câmara Municipal se abstiveram. Isso é que eu gostava de ouvir!”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António da Silva Moreira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Eu sou membro do PSD desde o 25 de Abril, não sou nenhum herói, mas não posso ser tratado como o Sr. Eng.º Carlos Maia aqui me tratou porque fala de um grupo que anda para aí, que parece um grupo de não sei o quê. Eu quero dizer ao Eng.º Carlos Maia que votei a favor.”

De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte declaração de voto:

“Queria relembrar que não nos abstivemos em todos os Pontos. Votámos favoravelmente no Ponto III e no Ponto IV porque se tratam de renovações e até porque, segundo o que eu li e estudei nos documentos que me foram

entregues, isto já tinha sido votado na Assembleia de setembro. Portanto, são situações completamente diferentes.

Penso que todos nós que estamos aqui temos o direito de votar naquilo que entendemos ser o mais correto. O facto de haver uma abstenção não quer dizer que estamos a votar contra. Se a Câmara entende que é necessário a admissão destes trabalhadores nós não estamos a votar contra, nós estamos a abster-nos.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte declaração de voto:

“Não interessa nada entrar nestas polémicas mas já que verificamos aqui a exaltação do Sr. Deputado Carlos Maia perante a nossa falta de explicação, eu gostaria de só dizer o seguinte: Gostaria de ver aqui o Sr. Deputado Carlos Maia tão preocupado como se mostrou agora perante, por exemplo, a falta de respostas que o Sr. Presidente teve nos vinte minutos que lhe cabem para responder aos Deputados.

Questões concretas foram feitas e não foram respondidas. Interessou mais falar de números do INE sobre os levantamentos do multibanco.

De facto, o que lhe foi questionado, não respondeu. Eu bem sei que isto soa bem principalmente aos Deputados do PS mas eu gostava também de o ver aqui com essa convicção toda a manifestar esse desagrado e não apenas com a falta de esclarecimentos da nossa parte.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Eng.º Rafael eu não sei se percebi, ou então não aponte as suas perguntas mas quero dizer-lhe que falei em todas as questões que aqui colocou. Falei na requalificação do Hotel São Paulo, moções que foram votadas, Fundação Maria Emília Cabral, orçamento do projecto participativo, também dei alguns esclarecimentos. O Senhor fez uma proposta, que leu, e não queira que lhe dê a resposta agora sem a conhecer.

Relativamente ao Estaleiro quero dizer-lhe que estamos a resolver os problemas do Estaleiro Municipal.

O Sr. Eng.º Rafael tem que perceber que eu falei vinte e quatro minutos e tenho que falar dos assuntos mais importantes. Eu percebo que os números do INE não lhe convinham. Mas ainda vos digo mais no vosso tempo, e ainda tínhamos o Hotel São Paulo, os dados do INE relativos às dormidas em dois mil

e nove eram de sete mil quatrocentas e setenta e quatro. Hoje, em dois mil e dezasseis são de quinze mil setecentas e trinta e duas e não temos o Hotel São Paulo. No ano passado foram mais de vinte mil dormidas. Eu percebo que vocês não gostem de ouvir estes números de organizações independentes porque são duras de ouvir.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 160.000,00 (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município, para a promoção de atividades de natureza corrente de cariz cultural, social, recreativo e de valorização da economia local, bem como para a realização de outras ações de relevante interesse para as Freguesias.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Senhores Presidentes de Junta, como sabem houve aqui um processo negocial convosco e este é mais um reforço. Houve alguns que acharam que neste Plano e Orçamento ia haver menos verbas para as Juntas de Freguesia. Aquelas invenções que fazem.

Estão aqui cento e sessenta mil euros para reforçar as actividades de despesa de natureza corrente de cariz cultural, social, recreativo e de valorização da economia local, bem como para a realização de outras ações de relevante interesse para as Freguesias.

Houve um tempo em que os Presidentes de Junta comiam na mão e cada um tinha que esperar pelo Sr. Presidente de Câmara mas hoje os Senhores não precisam porque foi feita a descentralização.

Há alguns que sonham com esse passado e que gostariam de voltar mas eu tenho a certeza que os Presidentes de Junta, independentemente das forças políticas com que foram eleitos, não querem voltar a isso.

Há a verba dos quinhentos mil euros que deve ter nova distribuição e que será aprovada na Assembleia de abril.

Estes cento e sessenta mil euros têm uma perspectiva diferente. Eu sei que os Srs. Presidentes de Junta utilizam o dinheiro bem e que fazem apostas claras. Para mim tem sido uma honra trabalhar com todos, nestes tempos de dificuldade como nunca houve. O meu sonho era poder distribuir pelas juntas de Freguesia um milhão de euros e os Senhores seriam completamente livres do

poder Executivo do Município mas vocês sabem que no passado o valor para as Juntas não passava de cento e cinquenta mil euros.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Neste Ponto é claro que vou votar favoravelmente porque só quem passa pelas Juntas de Freguesia é que dá o devido valor a este tipo de subsídios. Na verdade as Juntas de Freguesia vivem sempre com muitas dificuldades. Quer estes cento e sessenta mil euros e também o outro subsídio, que já foi aprovado, vão permitir às juntas de freguesia fazer uma série de actividades e obras que de outra forma não teriam possibilidades de fazer.

A razão da minha intervenção é para salientar o seguinte: Com este tipo de subsídios as Juntas de Freguesia vão fazendo obras e se assim não fosse teria que ser a Câmara a fazer e a pagar as obras e provavelmente no fim do ano teriam que passar algumas dívidas porque as juntas não teriam esse dinheiro. Isto explica um pouco a minha intervenção anterior quando me referi à dívida zero da Câmara Municipal. As Juntas de Freguesia fazem algumas obras, a Câmara atribui estes subsídios, e portanto não tem dívida e isso também se explica um bocado por este lado.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Os Senhores sabem que eu também sou dos que pensam que para as Juntas nunca é muito, faz-me alguma confusão alguma demagogia mas já não é nada de novo.

Eng.º Carlos Artur, o Senhor tem um jeito para incendiar isto, que eu tenho que lhe dar os parabéns. Tem que se ter um bocadinho de mau feitio. Às vezes adormecíamos aqui todos, mas o Senhor de facto tem uma pontaria!

Não me referi aos temporais nem ao trabalho do Eng.º José Carlos Marques porque eu às vezes fico um bocado admirado. Este ano pode ter chovido um bocadinho mas é alguma coisa que já não tivéssemos tido dez vezes? Afinal a Protecção Civil existe para quê? Eu estive em situações onde vi mais de vinte pessoas mortas. Enfim, não vale a pena. Eu já desisti porque de facto é a tal política politiqureira.

Nas muitas discussões que aqui houve sobre as extinções das Juntas foi aqui dito que naquilo que dependesse da Câmara a lei não se aplicava. A distribuição das verbas foi negociada com os Srs. Presidentes de Junta e estão

todos de acordo. Aleluia! Quem sou eu para me por contra. Só que me faz uma certa confusão porque havia vinte e uma Juntas e agora são dezasseis e são dez mil euros para todas. Portanto aquelas cinco Juntas que foram anexadas, mas os Senhores estão de acordo! Eu quanto a mim não acordava. Não foi isso que foi aqui falado. O Senhor Presidente da Câmara pensa que toda a gente se esqueceu de tudo. E fica tudo a bater palmas. O que aqui foi dito é que poderíamos continuar a atribuir os subsídios às freguesias que foram extintas e isso não está aqui contemplado.

Sr. Eng.º Carlos Artur, o seu partido, que o Senhor aqui muito bem representa, o PS, também disse que se fosse governo acabava com essa lei e que as Freguesias voltavam. O Senhor sabe-me dizer alguma coisa sobre isto? Eu gostava muito porque este Presidente disse que a palavra dada era palavra honrada. Eu sei que vocês dizem muito isto mas o António Lopes não se esquece. Vejam lá se na próxima vez que aqui venha já tem o problema dos médicos resolvido e se as máquinas já estão a andar nos IC's. Custa-me porque andamos aqui com esta política politiqureira a contar histórias. O Sr. Presidente está cá só para responder ao que lhe perguntam mas gosta de fazer uns comícios. O problema são os números que o Sr. António Lopes ali tem, com os documentos que me dá, mas eu agora mando-lhos. Vocês também os lá têm mas vocês acham que é assim que se deve fazer política. Continuem que eu daqui para diante faço a luta jurídica, que já vi que não tenho outro caminho, mas eu vou lá chegar.

Quero aqui deixar registado aos Srs. Presidentes de Junta que me abstenho pelos motivos que os Senhores sabem, tenham cuidado porque vos pode calhar a pagar.

Eu também faço uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara: O Senhor não dá um milhão de euros às Junta porquê? O que o Senhor anda aí a gastar nas tais festas, porque é que o Senhor com o que gasta na Cultura não vai recuperar a Fundação Cabral Metello? O que é que lhe falta para dar um milhão de euros às Juntas? O Senhor vá a Seia e veja quanto é que o Senhor dá a mais para a bola e depois já vê onde é que o vai buscar para dar às Juntas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto eu gostaria de dizer que o Sr. Presidente da Câmara conhece bem as realidades do Concelho e antes de tomar estas decisões faz reuniões com todos os Presidentes de Junta.

Estas verbas vão fazer com que as Freguesias tenham mais autonomia para resolver os seus problemas e para prestarem melhores serviços às suas populações.

Mais uma vez mostra que é um homem que está próximo da sua população e apoia muito os Presidentes das Juntas independentemente das cores partidárias com que foram eleitos.

Relativamente ao futebol há várias Associações no Concelho que têm camadas jovens e há muitas crianças a praticar desporto e por isso quero agradecer todo o apoio que tem dado.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto IX dizer apenas que o Grupo Municipal do PSD é inteiramente favorável à descentralização e à distribuição de meios que permitam aos Srs. Presidentes de Junta fazerem um trabalho digno e sem andarem numa constante mendigação na Câmara Municipal. Estamos certos que cada cêntimo entregue a estes será bem entregue e irá proporcionar uma melhoria de vida aos habitantes das suas Freguesias. Votaremos sem reservas favoravelmente neste Ponto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar favoravelmente porque estas verbas são muito importantes para as Juntas de Freguesia, como aqui foi dito, e muito bem, para não andarmos a toda a hora a mendigar.

As Juntas de Freguesia neste momento estão a deparar-se com problemas para suportar as despesas correntes. É muito difícil arranjar POC e é muito importante que a Câmara Municipal tenha um quadro de pessoal capaz de responder a todos os serviços para que possa também ajudar os Presidentes de Junta a colmatar os seus problemas. Em alguns casos teremos que recorrer a empresas de prestação de serviços para dar as respostas que as nossas Freguesias necessitam. Estas verbas são muito importantes e por isso voto favoravelmente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“É muito importante considerarmos isto: Só foram consideradas dezasseis e não foram consideradas as vinte e uma Freguesias porque na anterior distribuição continua esse princípio das vinte e uma Freguesias e que não prejudica as Freguesias extintas, e não fui eu que as extingui, foi o Governo do PSD. Relativamente à extinção das Freguesias temos que fazer aqui umas contas porque a receita das Freguesias ficou igual mas tem menos três Executivos e menos a Assembleia de Freguesia e isto equilibra as verbas.

Sr. Presidente da Junta de Meruge, quero agradecer as suas palavras e também quero dizer que alguns não suportam que reine um bom ambiente entre o Executivo e as Juntas de Freguesia. Alguns queriam ver-nos todos à porrada para terem notícias para os jornais deles.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a este Ponto obviamente que vou votar favoravelmente, mas tenho aqui umas considerações a tecer relativamente a este assunto: Eu lembro-me muito bem que quando entrei para a Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, agora é União de Freguesias, quanto é que o anterior Presidente da Junta recebia do Município de Oliveira do Hospital. Nós estamos a falar neste momento de um aumento, para além das verbas dos protocolos, nós estamos a falar de uma verba adicional de dez mil euros. A Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, quando eu tomei posse, recebia seis mil euros por ano e sei muito bem, porque estive aqui nesta Assembleia durante oito anos, como é que as coisas funcionavam.

Agora não me venham dizer que eu venho aqui para incendiar. Não! Eu não venho aqui para incendiar nada! Agora, há uma coisa que vocês podem ter a certeza todos, é que eu não tenho a memória curta e lembro-me como é que as coisas se passavam antes e como é que se passam agora com este Executivo. Isso incomodou! Sei muito bem que havia Presidentes de Junta, nomeadamente eleitos pelo PSD, com grandes razões de queixa relativamente ao Executivo Municipal do seu partido. Mas chegavam aqui e calavam-se com receio de falar. Não, comigo não! Doa a quem doer, eu quando tiver que falar, falo, e não me chamem de incendiário ou de revolucionário porque quem tiver que as levar, leva-as, porque eu não tenho memória curta. A junta de freguesia da minha terra

recebia seis mil euros por ano e não recebia mais nada enquanto havia outros que enchiam os bolsos. Nem havia sequer reuniões feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, Mário Alves, com as Juntas de Freguesia. Este Presidente reúne com os Presidentes de Junta e discute os assuntos olhos nos olhos com os Presidente de Junta.

É preciso não esquecer que a Câmara Municipal, esta Câmara Municipal e este Executivo, desde que entrou distribuiu igualmente, através dos Protocolos, entre quinhentos a sessenta mil euros por ano. Antes, o anterior Executivo do PSD do Prof. Mário Alves recebia e tinha em Orçamento cento e vinte mil euros. Esta é que é a grande diferença, meus amigos!

As Juntas têm agora mais um acréscimo de dez mil euros. Portanto desengane-se quem pretenda fazer demagogia sobre este assunto porque eu não vou deixar. Os Presidentes de Junta têm alguma honra e mérito porque este executivo resolveu disponibilizar algumas receitas financeiras para as Freguesias. Esta é que é a grande realidade.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 160.000,00 (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município, para a promoção de atividades de natureza corrente de cariz cultural, social, recreativo e de valorização da economia local, bem como para a realização de outras ações de relevante interesse para as Freguesias, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Convenientemente o Senhor reparou que o Sr. Carlos Artur não se tinha inscrito na hora e convenientemente o Sr. Presidente da Câmara que telefonou a toda a gente que aqui está para “contar as espingardas” e ia perguntando se o Sr. António Lopes telefonava. O Sr. António Lopes não telefonou a ninguém que aqui está, nem falou com ninguém que aqui está para estar do lado dele. O Sr. António Lopes anda aqui pelo Concelho de Oliveira do Hospital, não anda aqui para “contar espingardas” e não dá ao Sr. Presidente da Câmara a importância que o Senhor pensa. Quem se preocupa muito com quem eu almoço, e com quem eu janto, e ameaça os trabalhadores para não falarem

comigo, pensando o Senhor que são eles que me dão informação, é o Senhor que tem pouca dignidade para o cargo.”

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio destinado ao arranjo urbanístico do Jardim junto à Capela Mortuária, na localidade de Vila Franca da Beira no montante de 52.165,42 € (cinquenta e dois mil, cento e sessenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta era uma obra da competência da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital mas não a pudemos realizar porque havia uns terrenos que não estavam em nome da Câmara Municipal.

Esta obra foi realizada pela Junta de Freguesia, que entretanto conseguiu a autorização dos proprietários, e já tinha sido negociada com a anterior Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Naturalmente esta é uma obra que me é cara e como devem estar recordados foi uma das minhas promessas e eu até disse que se tivesse dinheiro e se a Câmara não fizesse que fazia eu.

Naturalmente que me congratulo com esta obra mas tenho pena que tenha sido feita nesta altura.

Queria só referir que nós já estamos aqui há seis anos, Carlos Artur, e por causa dessa passado é que eu andei na luta e é que cá pusemos este infelizmente parece que foi para pior. Eu estou a falar do que nós nos comprometemos aqui quando foi da extinção das Freguesias. O Senhor poder ter boa memória mas de certeza que não tem melhor do que a minha. Se os Srs. Presidentes de Junta estiverem de acordo, quem sou eu? Agora, acho que devia ser questão de honra da Câmara, honrar aquilo que andamos em caravana a prometer a toda a gente. Eu cumpro com aquilo que digo.

Este é o Ponto X e por isso despeço-me de todos até abril. Vou estudar a Moção de Censura. Já sei que possivelmente voto sozinho mas não vou deixar de assumir as minhas responsabilidades.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Quero fazer esta intervenção porque o Sr. António Lopes disse que se retirava depois de votar este Ponto. Eu sou Deputado Municipal, sou Município de plenos direitos, sou Oliveirense, defendo a camisola de Oliveira do Hospital em qualquer ponto do País onde me desloque. Em todas essas terras onde vou ouço falar do nosso Presidente da Câmara e não aceito que o Sr. António Lopes venha aqui acusar o Presidente da Câmara de desonestidade política.

Sr. António Lopes, o seu grande problema é que o Senhor vem a Oliveira do Hospital e fala sempre com as mesmas pessoas. O Senhor fala com dois ou três, aqueles a quem o Senhor escreve para depois virem para as redes sociais publicá-las porque infelizmente o Senhor não é capaz de assinar lá com o seu nome e arranja sempre dois ou três que se prestam a esse papel. Eu como Deputado Municipal lamento.

Nós temos mais Pontos para discutir no seguimento desta Assembleia e era bom que o Senhor ficasse para os discutir assim é que o Senhor mostrava que estava a defender os interesses do nosso Concelho.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto obviamente que vou votar a favor. Esta obra era uma aspiração de Vila Franca da Beira e da sua população. Era uma aspiração do anterior Executivo da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira e obviamente nós, assumimos esta obra, igualmente, como um compromisso sério.

Como o Sr. Presidente já disse, e muito bem, a Câmara Municipal não podia lançar a obra, tal como estava previsto, porque aquele espaço é da Junta de Freguesia. Havia o compromisso por parte do Município de que a Junta seria ressarcida pelos custos desta obra.

Vila Franca da Beira merece esta obra. É uma obra que fica muito bem localizada, está no centro da povoação, e aquele parque vai ficar bonito particularmente para as crianças porque não tinham um parque infantil digno. É um projecto muito bem feito da autoria da Eng.^a Alzira, também ela Vilafranquense, e acho que se esmerou no projecto. A mim apraz-me congratular com a execução desta obra em Vila Franca da Beira.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio destinado ao arranjo urbanístico do Jardim junto à Capela Mortuária, na localidade de Vila Franca da Beira no montante de 52.165,42 € (cinquenta e dois mil, cento e sessenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e alínea c), do n.º. 1, do artigo 6º., da Lei n.º. 8/2012, de 21 de fevereiro, para o compromisso plurianual de Contratação - Aquisição do Serviço de Fornecimento de Eletricidade no Mercado Liberalizado - Anulação de Procedimento Inicial/ Abertura de Novo Procedimento.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto está relacionado com os encargos do contrato para a aquisição de serviços de fornecimento de eletricidade no mercado liberalizado no âmbito do acordo de fornecimento de energia da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal. Temos que distribuir setecentos mil euros para dois mil e dezasseis e cento e quarenta mil euros para dois mil e dezassete.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e alínea c), do n.º. 1, do artigo 6º., da Lei n.º. 8/2012, de 21 de fevereiro, para o compromisso plurianual de Contratação - Aquisição do Serviço de Fornecimento de Eletricidade no Mercado Liberalizado - Anulação de Procedimento Inicial/ Abertura de Novo Procedimento, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XII - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Vítor Manuel da Costa Rodrigues, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto XII - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Vítor Manuel da Costa Rodrigues, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XIII - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Luís Fernando Ferreira Morais, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto XIII - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Luís Fernando Ferreira Morais, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XIV - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio destinado à requalificação da Praça dos Combatentes, na localidade de Aldeia das Dez, no montante de 6.000,00 € (seis mil euros).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto é relativo a um subsídio suplementar à Freguesia de Aldeia das Dez está relacionado com uma intervenção numa casa que estava em ruínas e que se comprou para dar alguma dignidade àquele espaço. A Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, como sabem, é das Juntas com grandes

dificuldades económicas. Este subsídio suplementar estava contratualizado no quadro de dois mil e quinze.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XIV - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio destinado à requalificação da Praça dos Combatentes, na localidade de Aldeia das Dez, no montante de 6.000,00 € (seis mil euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XV - Apreciação e votação, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de celebração de Adenda aos Contratos Interadministrativos celebrados entre o Município de Oliveira do Hospital e as Freguesias do Concelho, no âmbito das suas atribuições no domínio da Educação e Ação Social, visando a delegação de competências da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital para o fornecimento e acompanhamento de refeições escolares, no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família da Educação Pré-Escolar e implementação e desenvolvimento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com as disposições legais, aprovados em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, de 19 de setembro 2014, sob proposta da Câmara Municipal de 11 de setembro de 2014, e considerando a necessidade de proceder à alteração do teor do n.º 2, da cláusula n.º 1, e do n.º 1 da cláusula n.º 7, dos Contratos Interadministrativos celebrados com as Freguesias de Bobadela, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, Seixo da Beira e Travanca de Lagos e com as Uniões de Freguesia de Lagos da Beira e Lajeosa e de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A Sra. Vereadora do Pelouro da Educação vai apresentar este Ponto XV relativo à proposta de celebração de Adenda aos Contratos Interadministrativos celebrados entre o Município de Oliveira do Hospital e as Freguesias do Concelho.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Como devem estar recordados no início do ano lectivo 2014/2015 veio aqui à reunião da Assembleia a proposta dos Contratos Interadministrativos onde foram fixados os preços das refeições escolares e o número de alunos.

Também já aqui foi falado, ainda no ano de dois mil e quinze, que a Câmara Municipal viu-se obrigada a pagar o IVA das refeições à taxa de vinte e três por cento. Ordem imposta pela Autoridade Tributária.

Devido a esta alteração no pagamento do custo das refeições, como devem imaginar, o IVA é um valor que fez com que a Câmara Municipal fizesse um maior investimento no custo das refeições, um investimento que ultrapassa os oitenta mil euros, é importante que os Contratos Interadministrativos estejam também atualizados.

Este é o motivo desta adenda que só agora foi possível trazer a esta reunião porque também as IPSS quando foram surpreendidas com este pedido por parte da Autarquia muitas delas não sabiam se teriam, ou não, que cobrar o IVA à Autarquia e foi necessário pedir um parecer à Autoridade Tributária.

Aproveito esta minha intervenção para fazer, mais uma vez, o agradecimento a todas as Juntas de Freguesia com que a Câmara Municipal assinou os Contratos Interadministrativos porque sem elas não era possível mantermos a qualidade das refeições das nossas crianças do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo. É muito importante que este serviço seja prestado com qualidade. Refiro-me às entidades fornecedoras, às IPSS, que têm conseguido garantir esta qualidade. Sem estes Contratos Interadministrativos não era possível manter esta qualidade como deixariam de ser as IPSS as entidades fornecedoras e tudo isto é importante para manter viva a nossa economia local.

Para terminar a minha intervenção, e agora falo para o Deputado Eng.º Rafael, porque acho que lhe devo prestar algum esclarecimento relativamente à minha participação na manifestação do Amianto: Eu fui primeiramente como Encarregada de Educação porque tenho lá a minha filha mais nova a estudar, também sou Professora do Agrupamento de Escolas e, devo dizer, também, que fui convidada para estar presente nesta manifestação.

Depois, também fazia aqui um desafio: Convidá-lo a visitar os passadiços do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital para ver o nível de degradação em que eles se encontram. O Senhor Deputado estudou lá e eu também estudei mas os passadiços são exatamente os mesmos. Eu passei por lá há quase trinta anos e os passadiços são os mesmos.

Devo dizer, também, que estão cerca de mil e duzentos alunos a passar naquele espaço e que têm contacto direto com aquela cobertura que, de facto,

está extremamente degradada e por isso é prioritário fazer aquela intervenção. Quem estudar um bocadinho sobre o assunto do Amianto percebe que estas intervenções devem ser feitas de acordo com a gravidade da degradação porque está em causa a saúde pública e este é um caso de prioridade. Já agora, para poder fazer o termo de comparação, vai comigo ao Estaleiro e percebe perfeitamente do que é que estamos a falar porque o estado de degradação é incomparável.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“É só um pedido de esclarecimento. Se calhar houve aqui algum lapso, deduzo que tenha havido porque neste Ponto não está contemplada a União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira?”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Eng.º Carlos Maia, tem toda a razão em fazer a pergunta e ainda bem que a fez. Eu agradeço ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira porque, de facto, na minha intervenção devia ter feito este esclarecimento: A Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas mantém o valor e por isso não há necessidade de fazer rectificação ao Protocolo assim como a União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira e a União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços. São três Freguesias que não têm necessidade de fazer rectificação.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer à Sra. Vereadora da Educação que, de facto, eu até aceitava o seu convite para ir à Escola mas eu conheço a Escola porque estudei lá.

O Amianto é de facto um problema todos nós estamos contra ele.

Ninguém está aqui contra o facto da Sr. Vereadora ter estado como Encarregada de Educação na manifestação. Não é isso que está em causa.

Na minha intervenção referi que o Amianto é mau tanto na Escola Secundária de Oliveira do Hospital como no Estaleiro Municipal, independentemente do estado de degradação de um lado e do outro. É Amianto!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Eng.º Rafael, sobre Amianto não vale a pena falarmos. Com os problemas que temos nas redes de água com o Amianto, não há dinheiro no País capaz de fazer a remodelação das redes.

Aqui temos duas situações diferentes até porque no Estaleiro há uma parte que está a ser retirada, e eu acho bem, porque não devemos por em perigo a vida das pessoas.

Temos uma informação da Administração Regional de Saúde do Centro onde se esclarecem todas estas coisas.

Relativamente aos passadiços da Escola o que é mau é que os alunos pendurarem-se nas coberturas dos passadiços o que faz com que se soltem partículas. Isso é que é preocupante. Eu vi onde é que eles se penduram. É por isso que a situação da Escola é preocupante e devemos pugnar pela retirada das coberturas de Amianto.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XV - Apreciação e votação, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de celebração de Adenda aos Contratos Interadministrativos celebrados entre o Município de Oliveira do Hospital e as Freguesias do Concelho, no âmbito das suas atribuições no domínio da Educação e Ação Social, visando a delegação de competências da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital para o fornecimento e acompanhamento de refeições escolares, no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família da Educação Pré-Escolar e implementação e desenvolvimento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com as disposições legais, aprovados em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, de 19 de setembro 2014, sob proposta da Câmara Municipal de 11 de setembro de 2014, e considerando a necessidade de proceder à alteração do teor do n.º 2, da cláusula n.º1, e do n.º 1 da cláusula n.º 7, dos Contratos Interadministrativos celebrados com as Freguesias de Bobadela, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, Seixo da Beira e Travanca de Lagos e com as Uniões de Freguesia de Lagos da Beira e Lajeosa e de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de acabarmos e de aprovar a ata em minuta queria deixar aqui uma referência final, tendo em conta o que o Sr. António Lopes disse, que é a seguinte: Eu tento ser justo e por vezes aqui na Mesa gera-se alguma turbulência com as assinaturas e eu posso não ter tomado a devida atenção, reconheço aquilo que foi dito, e que eventualmente lhe tenha ofendido a honra, mas fica já aqui dito. Eu costumo ler as atas com todo o cuidado, se da ata eu reconhecer que há algo que tenha ofendido a honra do Sr. António Lopes, como a de qualquer Membro desta Assembleia, é mais que obvio que lhe darei a palavra na próxima Sessão logo no início para a defesa da honra. Como disse, o lapso, eventualmente, foi meu. No caso de haver algo que lhe tenha ofendido a honra.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção e sendo dezanove horas e cinco minutos o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim
_____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
